

Neste domingo, todos à Praça da Sé

Neste domingo, a partir das duas horas da tarde, milhares de pessoas partirão de vários pontos do centro e da periferia de São Paulo em direção a Praça da Sé, para participarem da assembleia de entrega do abaixo-assinado do Movimento Custo de Vida, que contava, até o início da semana passada, com 850 mil assinaturas.

A coordenação do Movimento Custo de Vida convidou o Presidente da República, ministros e outras autoridades do País para a entrega do abaixo-assinado e de um documento analisando as três reivindicações básicas exigidas pela população para conter a alta do custo de vida, mas enquanto o presidente da Casa Civil, Afranio de Oliveira admitiu que o Governador iria ou enviaria um representante, o Prefeito prometeu ao povo um passeio a pé pela cidade — numa tentativa de esvaziar o movimento — manifestando-se contrário à viabilidade das reivindicações: congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade; aumento dos salários acima do aumento do custo de vida e abono salarial imediato e sem desconto para todas as categorias de trabalhadores.

Se o Presidente da República não comparecer à Praça para receber o abaixo-assinado e o documento, eles serão confiados aos representantes da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, enquanto uma comissão deverá se organizar dentro de oito dias para formalizar a entrega ao Presidente, em Brasília.



PERIFERIA ORGANIZADA

A concentração popular na Praça da Sé é a continuidade de uma luta iniciada em 1973, quando um grupo de mães da Zona Sul resolveu ampliar a discussão sobre a melhor maneira de combater a carestia. Agora, cinco anos depois, a dimensão e a organização do povo deverão se refletir na praça, quando os ônibus fretados na periferia começarem a estacionar perto da Sé, trazendo grupos de pessoas com faixas e cartazes elaborados em conjunto por donas de casa, operários, estudantes e organizações populares.

Da periferia, cinco mil virão organizados, agrupados por bairros. De São Miguel, virão 35 ônibus fretados pelo povo do Itaim Paulista, Artur Alvim, Camagiba... São Miguel Paulista é um dos 20 setores da cidade, re-

presentados no Movimento Custo de Vida, mas sabe-se que do Interior também virá muita gente, como de Campinas, onde seis ônibus já estão à disposição para rumarem à Sé neste domingo.

Para todos, as recomendações da coordenação do Movimento Custo de Vida são estas: solidariedade para com todos, no caso de surgir qualquer problema; não aceitar provocações de nenhum tipo, e confiança na disposição de cada um na luta comum de todo o povo.

CINCO MESES DE TRABALHO

A Assembleia popular da Praça da Sé é fruto de cinco meses de trabalho intenso, iniciado em março quando mais de cinco mil pessoas se reu-

niram no Colégio Arquidiocesano para o lançamento do abaixo-assinado por toda a cidade, atingindo também zonas rurais do interior, chegando e outros estados como a Bahia, Pernambuco, Goiás, Pará e Maranhão.

Gente do povo teve a oportunidade de desabafar sua insatisfação, na hora de assinar o documento ou de comentar a situação com os elementos do Movimento Custo de Vida.

— A coisa crescia na medida em que o abaixo-assinado era lançado nas repartições públicas, nos colégios, nas universidades, e nos hospitais como o das Clínicas e o do Servidor. Muitos, nos mutirões de coleta de assinaturas, feitos em ruas e praças, pegavam as listas em branco para levar aos vizinhos e amigos, se comprometendo em devolver. Teve uma mulher que recebeu o convite impresso para ir à Praça da Sé neste domingo. Ela granpeou esses convites nas folhas de um caderno, e devolveu essas folhas com 150 assinaturas.

Estes pequenos detalhes de uma movimentação, contados por quem participou diretamente da coleta de assinaturas, são enriquecidos com outros, para mostrar que o povo quer participar da solução de seus problemas. As próprias faixas e cartazes que serão exibidos na Praça da Sé obedeceram à intenção de fazer com que todos possam falar, por meio deles, e com as expressões que quiserem usar.

"POVO VIVO"

DA O INÍCIO

O programa da Assembléia deverá começar com o povo todo cantando a paródia da música "Peixe Vivo": "como pode o povo vivo, viver nessa carestia". Em seguida, a coordenação do Movimento Custo de Vida explicará o objetivo da Assembléia e o povo será convidado a ler o texto do abaixo-assinado. O programa prevê, antes da entrega do abaixo-assinado pronunciamentos em nome de várias categorias populares, como um representante da União Estadual dos Estudantes, um camponês, um operário, um funcionário público, um representante dos artistas e jornalistas, da Igreja Católica e da Arena e MDB — estes, comprometidos a não fugirem do assunto "custo de vida", sob pena de terem sua palavra cassada. A decisão, inclusive, foi aceita por votação, de 13

votos a favor e nove contra.

Finalmente, uma dona-de-casa entregará os documentos ao Presidente da República ou a uma pessoa credenciada por ele, enquanto todo o povo acompanhar a entrega lendo, em conjunto, o texto contendo suas reivindicações.

O documento que acompanha o abaixo-assinado foi elaborado a partir de uma pesquisa respondida por aproximadamente mil pessoas que participam da divulgação do Movimento Custo de Vida. O documento, preparado para mostrar que as reivindicações são possíveis, justas e viáveis sugere alguns passos a serem tomados pelo governo para conter o Custo de Vida. Em primeiro lugar, permitir a participação do povo no processo de congelamento de preços e na organização da produção, além de comitês populares mobilizados contra a carestia, desvinculados dos órgãos oficiais de fiscalização. Foi o que o povo sugeriu, com outras palavras, como "o povo precisa controlar o que deve ser produzido, e como deve ser distribuído".

NOTA

A última hora, a Secretaria de Segurança do Estado divulgou nota oficial considerando a Praça da Sé como local "inadequado para reuniões públicas que não sejam de caráter estritamente religioso".

A coordenação do Movimento Custo de Vida discutia que solução dar ao problema, no instante em que este jornal era impresso. D. Mauro Morelli, bispo da Região Sul, ofereceu a Catedral da Sé como alternativa.

A Imprensa diária deverá comunicar qualquer alteração quanto ao local da realização da Assembléia de Entrega do Abaixo-Assinado.

TRABALHADORES

Unindo o que foi dividido

Os sindicatos e associações de várias categorias de trabalhadores unem-se contra os desejos oficiais, contra as "reformas" e pela Constituinte.

A política trabalhista dos governos militares posteriores a 1964 procurou dividir e despolitizar o movimento operário e dos assalariados em geral. Os métodos usados para atingir este objetivo foram os conhecidos: por um lado, prisões, sequestros, violências, ameaças e legislação policial contra os trabalhadores - exigência de atestados ideológicos para cargos sindicais, limitação do direito de associação e da autonomia sindical; e, por outro e secundariamente, pregação da doutrina do sindicalismo assistencialista do "sindicato consultório e gabinete dentário" e das teses do tipo "o trabalhador quer é ver seu futebol e acabou-se". Dessa forma foi imposto o peleguismo de tipo amarelo - mais perigoso e nocivo do que o da época do populismo - foram proibidas as associações horizontais de trabalhadores (entre categorias profissionais diferentes) e se difundiu o espírito de que a política é ruim e corrompida, onde o trabalhador não deve meter o seu bedelho. E como dizia um militante operário no início da década de 60: "Para essa gente, os sindicatos, os operários, os trabalhadores, os camponeses, nada têm com a política. Os estudantes, também não. A função do sindicato é colaborar com os patrões; a do operário e do empregado é trabalhar; a do camponês é cavar a terra do latifundiário; do estudante é cavar o canudo do doutor para servir à ordem reinante, ocidental e cristã, supervisionada pelo bom homem da Casa Branca".

É compreensível portanto a cólera oficial com o que aconteceu no Rio de Janeiro no último dia 2. Nessa ocasião, 28 sindicatos de várias categorias diferentes de trabalhadores, na visão oficial, cometeram três "crimes": 1) se reuniram - o que o governo considera pois se trataria de uma tentativa de reabilitar o espírito das associações sindicais horizontais proibidas, como a CGT; 2) hipotecaram "irrestrita solidariedade" à greve dos bancários e professores - que já eram proibidas pela lei 4.330 e foram reprovadas pelo decreto 1632, do último dia 4 de agosto; 3) ainda por cima, torpedearam o carrochefe da propaganda política governamental, o projeto de "reformas" políticas que estabelece as famosas "salvaguardas do regime"; disseram que ele é feito para uma minoria; defendem a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, "um ideal insuperável", e para o qual é preciso que haja ampla participação dos trabalhadores.

O ministro do Trabalho prontamente declarou que o governo não arredará pé da proibição de "centrais sindicais ou de agrupamentos de trabalhadores de categorias profissionais diferentes". Seu consultor jurídico disse que o documento do Rio "afronta a lei porque manifesta uma solidariedade aos bancários em greve em São Paulo, sendo uma participação indireta no movimento". As delegacias do trabalho tentaram impedir a reunião convocando e amedrontando os dirigentes sindicais.

Nada dá certo para o governo

Na realidade, o documento do Rio, os encontros que reúnem várias categorias de profissionais, e o crescimento da tese da Constituinte no meio dos trabalhadores são o resultado de um processo social profundo. O documento do Rio não é o primeiro texto político inter-sindical (ver quadro ao lado): desde o ano passado, com a declaração conjunta de 110 sindicatos gaúchos, que se avolumam as manifestações desse tipo; e o seu tom é cada vez mais de condenação ao modelo econômico e político imposto ao país e especialmente aos trabalhadores. Os líderes operários mais combativos, de sindicatos e outros movimentos, não perdem oportunidade para se reunir e analisar conjuntamente a situação em que vive o país e suas categorias profissionais.



No fundo dessas manifestações está certamente a crise do desenvolvimento econômico e político brasileiro e o processo de aguda deterioração das formas políticas que vigoraram com relativo sucesso nos 14 anos anteriores. A crise do modelo econômico a partir de 1974 agravou a situação de vida dos trabalhadores e das camadas médias da sociedade brasileira e realçou os problemas gritantes dos anos de arrocho salarial, de elevação dos índices de acidente de trabalho, da mortalidade infantil crescente e do analfabetismo. Dessa forma, a crise tanto aumentou as condições objetivas para a multiplicação das manifestações de descontentamento como, por outro lado, acirrou as brigas entre as frações de capitalistas e latifundiários no poder, diminuindo a união, a coesão e a capacidade de reação das camadas dominantes.

Neste quadro, as iniciativas do governo na área trabalhista tiveram sempre fôlego curto. As manipulações dos índices do custo de vida em anos anteriores desencadearam as grandes assembleias da reposição sindical de 1977 e 1978. O crescimento de lideranças tipo Lula levou o governo a ouvi-las no "diálogo" para as reformas; mas as ilusões levantadas e não cumpridas, deixaram as lideranças sindicais com posições mais opcionistas do que antes: Lula, por exemplo, que era "meio contrário à Constituinte" e vinha sendo saudado como modelo de líder operário social-democrata tanto por empresários como por personalidades do regime, transformou-se em fiador de greves e propagandista da tese da Constituinte, com ampla participação dos trabalhadores. A tentativa de organizar uma nova e grande "Conferência Nacional das Classes Produtoras", para ganhar setores da burguesia média e unificar as classes dominantes forneceu o pretexto e os argumentos para justificar as reuniões dos representantes dos verdadeiros produtores, os trabalhadores.

Os exemplos: Aurélio e Lula

Na medida em que o governo não consegue retomar a iniciativa política e seus golpes têm menos vigor, a tendência é de avanço da luta democrática dentro do movimento popular e proletário, de ampliação das forças populares, de união dos trabalhadores de várias correntes de pensamento e de uma participação cada vez maior dos trabalhadores no movimento democrático que se alastra no país, movido também por outras classes e camadas sociais. Cresce entre as lideranças operárias (ver na página seguinte) a convicção de que os trabalhadores devem condenar as reformas e fazer ampla propaganda da Constituinte, para serem tirados do estreito círculo do economicismo - das reivindicações que são justas mas não vão além da porta da fábrica ou do esgoto ou calçamento dos bairros pobres.

Muitos líderes vêem na próxima campanha eleitoral a oportunidade para levar a tese da Constituinte até à porta da fábrica e ao interior dos bairros operários mais humildes. Parece enterrada a proposta oficial do "operário-expectador", vendo televisão enquanto a burguesia faz política. Parece em declínio visível também a posição dos que têm medo de que o operário participe das grandes lutas políticas, porque nelas a burguesia pode ser vitoriosa. Dois exemplos ilustram este ponto de vista: no sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, ao mesmo tempo em que os diretores têm um bom relacionamento mesmo com os operários mais ativos que julgam o sindicalismo de Lula de tipo escandinavo ou mesmo americano, são feitos acordos com líderes e candidatos emedebistas e aproveita-se até mesmo a candidatura do general de quatro estrelas do MDB para fazer a propaganda das teses dos trabalhadores. (Euler esteve em São Bernardo e concordou com os princípios dos sindicalistas autênticos).

O caso de Aurélio Peres, um dos coordenadores do Movimento do Custo de Vida e um dos líderes da oposição metalúrgica de São Paulo é semelhante. (veja sua entrevista na página seguinte) Enquanto luta no movimento contra a carestia e participa do trabalho que conseguiu a maior mobilização do povo pobre nesses quatorze anos de regime militar (ver Movimento da semana passada), candidata-se pelo MDB a deputado federal e, ao lado do general Euler Bentes, (como em Campinas, na semana retrasada) em um palanque garantido pela estreita legislação oficial, defende os interesses mais gerais dos trabalhadores. "Os trabalhadores devem participar de todas as lutas políticas gerais do país, mantendo sua independência e liberdade de ação. Não abrimos mão do nosso trabalho essencial na fábrica e no bairro" diz Aurélio. "Mas também acho bom, oportuno e muito feliz, o lançamento de uma candidatura democrática à presidência da República, no sentido em que se tenta aglutinar todas as forças de oposição e tenta por um ponto final no regime de arbítrio. Isso interessa não só a algumas camadas da burguesia mas a todas as classes de trabalhadores".

(Os textos dessa página e das seguintes foram editadas por R. Pereira; a reportagem é de Valério Campos, Aloísio Moraes, Márcio Bueno, Paulo Barbosa e S. I. Rodrigues)

A POLÍTICA INTERSINDICAL

Trechos políticos dos principais manifestos dos sindicalistas autênticos. A série foi inaugurada por 110 sindicatos e associações gaúchas em outubro do ano passado.

1) **Contra as reformas de Geisel** (Rio, 2 de setembro de 1978).

Assinado por 100 delegados de 28 sindicatos sendo os mais numerosos os de metalúrgicos (6), petroleiros (5), de artistas, médicos e jornalistas (5) e gráficos (4).

• **Consagra a Constituinte:** "Esse ideal é insuperável". Apóia as emendas apresentadas pelo MDB às reformas do Governo mas diz que isso não elimina a necessidade da Constituinte, "com a participação dos trabalhadores e eleita pelo voto popular".

• **Pede a Anistia, o fim de toda exceção e amplas liberdades políticas.** A anistia ("a quantos foram atingidos por atos institucionais") deve ser atribuição do Congresso. Devem ser suprimidos todos os atos de exceção

o fim do AI-5 não pode permitir o aparecimento do estado de emergência, nem das medidas de emergência. A Lei Falcão, "casuística e anômala", deve ser suprimida e garantido "o livre acesso a todos os meios de comunicação para difusão dos programas partidários e propaganda política". "Todas as formas de manifestação de pensamento, desde que espontaneamente constituídas "devem poder constituir partidos políticos, sem limite de votos. O voto do analfabeto precisa ser estabelecido pois "ninguém é analfabeto porque quer".

2) **Repúdio à Lei Rolha** (Santos, 8 de agosto de 1978)

Assinado por 30 representantes de 13 sindicatos, duas federações e uma associação profissional de metalúrgicos, petroleiros, jornalistas e outros logo após o presidente Geisel ter assinado o Decreto-Lei 1632 que criou penas severas para greves em bancos e outros setores considerados vitais.

Diz que o governo "no seu afã repressor tenta impedir o direito dos trabalhadores em importantes setores da produção, comercialização, distribuição, quando deveria, isto sim, tê-los protegido melhor da penetração e controle estrangeiro, realmente lesivos da segurança nacional".

3) **Carta de princípios da CNTI** (29 de julho de 1978)

Assinada por 24 sindicatos de trabalhadores na indústria, liderada por metalúrgicos e petroleiros.

Pede uma "Constituinte que, através da ampla discussão dos problemas nacionais, integrada também pelos representantes dos trabalhadores, possa decidir a lei maior que regerá os destinos dos brasileiros. Pede também "a supressão de quaisquer salvaguardas e medidas de emergência", "liberdade

de associação sem restrições que possam comprometer sua autenticidade e o atingimento de seus fins". Pede ainda a Anistia e a revogação das leis de exceção.

4) **A Frente contra as reformas** (São Paulo, 4 de agosto de 1978)

Preparado pela Frente Nacional do Trabalho e assinado por 24 entidades entre as quais o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, o dos Jornalistas de São Paulo, as entidades de professores da Universidade de São Paulo, da Pontifícia Universidade Católica, os Diretores do MDPI da Freguesia do Ó e da Bela Vista (SP), o Centros de Defesa dos Direitos Humanos e o Dr. Paulo Evaristo Arns, presidente da Comissão Representativa dos Bispos do Brasil.

Condena as reformas que permitiriam ao governo intervir em qualquer sindicato ou entidade, ou em clubes ou associações. E diz que alterações da Constituição só são legítimas "com a participação do povo, numa Assembleia Constituinte" precedida de anistia "ampla e irrestrita".

5) **Contra as Reformas** (Belo Horizonte, 13 de junho de 1978)

Assinado por 12 sindicatos, na maioria bancários, além de petroleiros, metalúrgicos, jornalistas e outros na posse da direção do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte.

Afirma: "A reforma é uma política econômica que faz do trabalhador mero engrenagem no processo de exploração nacional. O povo brasileiro já não pode aceitar passivamente que minorias falem em seu nome". Diz que "as reformas só atendem aos interesses dos grupos dominantes".

6) **Contra o modelo econômico** (Porto Alegre, outubro de 1977)

Assinado por 110 sindicatos gaúchos, 21 bancários, 9 metalúrgicos, 10 de alimentação, 9 de construção e mobiliário e outros.

Diz que o "modelo econômico vigente concentra riquezas nas mãos de poucos e abre ilimitadamente a economia nacional aos investidores estrangeiros", que "exige mão-de-obra barata e garante ao capital estrangeiro tranquilidade e segurança a remessa ilimitada de seus lucros. "Diz também que "a falta de liberdades fundamentais, a começar pela expressão, cercada pela existência dos instrumentos de exceção (...) é responsável pelo impasse em que se encontram, não só os trabalhadores, mas toda a sociedade brasileira".

Deus é mais Mãe do que Pai.

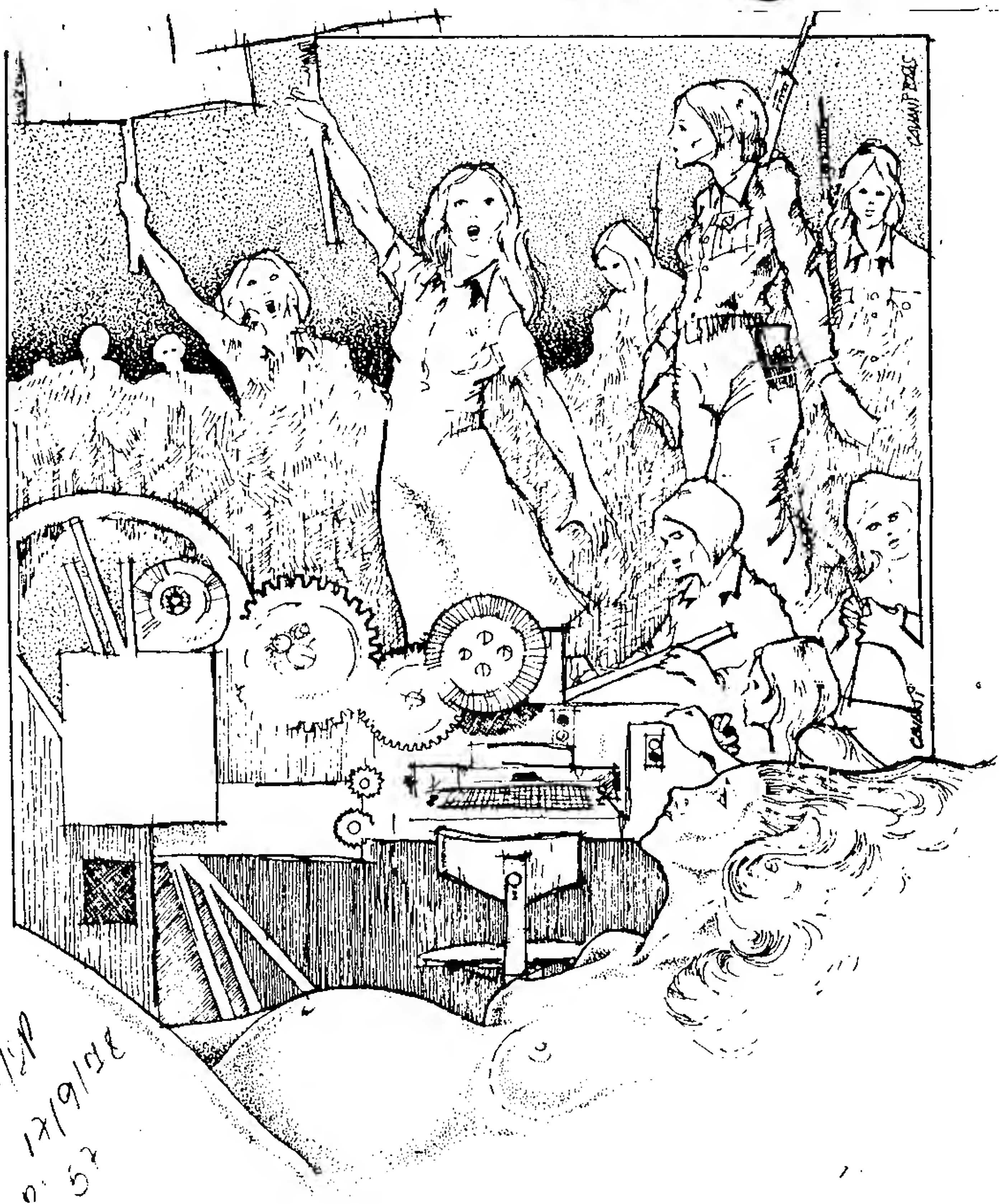
E agora?

IREDE A. CARDOSO

"Uma verdade agradável é que Deus é mais Mãe do que Pai" — disse o papa João Paulo Primeiro, essa semana, explicando que a relação com a fé é algo semelhante à confiança que se tem na própria mãe quando se é criança". O papa não falou de uma mãe simbólica e, agora, cai por terra todas as imagens de um Deus barbudo, semblante sério e preocupado (como não poderia, com o livre-arbítrio sendo usado para o desamor, no mundo?). O pai fica bravo e preocupado, a mãe perdoa e aconselha. E tem paciência, e ama, e alimenta e chora e grita e bate de leve, para depois, arrepender-se.

A Igreja Católica, com João 23, premida pela mudança dos tempos começou a colocar a mulher numa situação um pouco mais realista. Todavia, convém lembrar que o lugar da mulher, na Igreja, tem sido muito parecido com aquele que lhe destinou inconstitucionalmente, o Poder Judiciário de Recife, ao impedir candidatas de se inscreverem em concurso para Juiz: "lugar de mulher é no lar".

Pio 12, em 1953, considerava que a mulher tinha o destino essencial da maternidade: tudo o mais que a mulher pudesse fazer, seria secundário: "Em um como em outro estado (civil), o dever da mulher aparece nitidamente traçado pelos lineamentos, pelas atitudes, pelas faculdades peculiares do seu sexo. Colaborar com o homem mas no modo que lhe é próprio, segundo sua natural tendência. Ora, o ofício da mulher, sua maneira, sua inclinação inata, é a maternidade. Toda mulher é destinada a ser mãe; mãe, no sentido físico da palavra ou em significado mais espiritual e elevado, mas não menos real. A este fim, o Criador ordenou todo o ser próprio da mulher, seu organismo, nas também seu espírito e, sobretudo, sua especial sensibilidade. De modo que a mulher, verdadeiramente tal, não pode, de outro modo, ver nem compreender a fundo todos os problemas da vida humana, senão com relação à família.



Por isto, o sentido agudo de sua dignidade, a coloca em apreensão cada vez que a ordem social ou política ameaça prejudicar sua missão materna, em favor da família."

Pio 12 era ainda mais incisivo: "E, para a mulher voltam-se vários movimentos políticos para ganhá-la à sua causa. Alguns sistemas totalitários colocam diante de seus olhos magníficas promessas: Igualdade de direitos com os homens, proteção das gestantes e das parturientes, cozinha e outros serviços comuns, que a libertarão do peso das obrigações domésticas como jardins públicos para a infância. A igualdade de direitos com o homem, trazendo o

abandono da casa onde ela era a Rainha, sujeita a mulher ao mesmo peso e tempo de trabalho. Desprezou-se a sua verdadeira dignidade e o sólido fundamento de todos os seus direitos, quer dizer, o caráter próprio de seu ser feminino e a última coordenação dos dois sexos..."

Tremel, ó, pois, mulheres emancipadas que, a partir de Simone de Beauvoir passaram a ter consciência de que a maternidade era uma opção a mais na vida feminina. Todavia, rejubilai, ó mulheres que, mesmo emancipadas, permaneceram católicas! A Igreja, felizmente, também muda seus pontos-de-vista. O mundo mun-

da, as indústrias crescem, os salários se achatam, as mulheres são obrigadas a sair do reinado doméstico muitas vezes dizendo "que rainha sou eu?". Além disso, a "explosão populacional" e a fabricação acelerada das pilulas, vieram chegando e obrigando a novas reformulações.

As feministas, mais radicais, exigem a "libertação das mulheres da tirania de sua biologia reprodutora, através de todos os meios disponíveis e a distribuição do papel de nutrição e educação das crianças, entre a sociedade como um todo, tanto entre os homens, quanto entre as mulheres". A maternidade é vista como opressão, e a família, como unidade econômica.

A Igreja, como João Paulo Primeiro, estaria fortalecendo a já tão condenada mística feminina, então? Essa mãe de que fala o Papa a Deus que nos surge seria tão somente produto da nostalgia de uma espécie adorável, em extinção, a velha "mamma", gorda, alegre, grande cozinheira, carinhosa, feliz, acolhedora? Ou se estaria, pelo contrário, exaltando qualidade que os mundos comunista e capitalista — recentemente criticados pela Igreja — não desejam para seus cidadãos?

João 23, ao falar, em 1961, durante o Congresso de estudos sobre a mulher e a vida social" disse que "A mulher operária tem direito ao mesmo salário do operário", mas continuou a recomendar a permanência da mulher no lar, sempre que as condições econômicas de sua família o permitirem.

Todavia, é com João 23 ainda, que vamos perceber as grandes transformações da Igreja com relação ao papel da mulher, pois ele, tendo conhecimento pleno da crescente participação feminina no mundo da produção, assinalou que "a mulher se torna cada vez mais cônica da própria dignidade humana, não sofre mais ser tratada como objeto ou instrumento, reivindica direitos e deveres consentâneos com sua dignidade de pessoa, tanto na vida familiar, como na vida social."

Conforme a socióloga Heleleth Saffioti — a primeira e única cientista brasileira, até hoje, com uma teoria sistemática sobre o papel da mulher em nossa economia — a Igreja, enquanto grupo de pressão, poderá influir grandemente, para melhorar a sorte da mulher nas sociedades ocidentais. Muito mais do que os homens — diz ela — as mulheres têm sido submissas

à Igreja e obedientes a seus ensinamentos. Porém, tal adesão poderá romper-se paulatinamente ao longo do processo de emancipação feminina. Cumpre notar, aliás, que já agora, a religião perde terreno como formadora da opinião política das mulheres, mesmo das economicamente inativas. Um estudo feito na França (Les Françaises face à la politique) mostra que o voto feminino é muito mais determinado, direta ou indiretamente, pela profissão do que pela religião; diretamente, quando a mulher desempenha uma atividade ocupacional; indiretamente, quando, não trabalhando, se deixa influenciar pelos interesses profissionais do marido.

A partir da declaração de João Paulo Primeiro, estaria a Igreja aprofundando suas críticas ao papel tradicional da mulher na sociedade ou, como diz Heleleth Saffioti, ao "arquétipo do eterno feminino, que reduz a mulher às condições de trabalhadora doméstica não remunerada, de socializadora dos filhos e às de garantidora da prosperidade da família, como se a economia doméstica tivesse o poder de exterminar a pobreza." Estaria então essa concepção tradicional da Igreja de que a mulher é um ser secundário, calando por terra?

Ao dizer que Deus é muito mais mãe, o papa está exaltando virtudes não muito recomendáveis ao desenvolvimento competitivo e agressivo do mundo capitalista. E, lembrando, a pesquisadora Marília de Andrade ("Homem-Mulher: Por que polarizamos os sexos?"), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Fundação Carlos Chagas, as normas sociais prescrevem uma postura dominadora, agressiva e ativa, para os homens, contraposta a uma certa passividade e submissão da mulher. Tais atitudes — continua ela — enraizadas em homens e mulheres desde a infância — através do relacionamento com os pais, com a escola, pela literatura infantil e os meios de comunicação de massa — dificilmente serão superadas na vida adulta.

Implícita à submissão da mulher está a supervalorização do homem, a idéia de que "sua vontade é mais justa".

"Honestamente — diz Marília — não podemos argumentar que as mulheres já nascem assim, submissas e passivas e que os homens são naturalmente superiores. As atitudes são fruto da educação e das expectativas sociais que influenciam a criança a partir do momento em que nasce, de maneira constante e sempre numa mesma direção. O indivíduo vai sendo progressivamente impregnado de atitudes e valores rígidos, carregados de conteúdo emocionais."

Além disso, as últimas pesquisas científicas são taxativas, ao indicarem que as diferenças biológicas, de qualquer ordem, não conseguem explicar diferenças no comportamento agressivo ou no desempenho de tarefas cognitivas ou psicofísicas, de homens ou mulheres.

Fica flagrante, assim, a arbitrariedade da cultura — continua Marília — na determinação dos papéis sexuais. Dessa forma, o masculino e o feminino são — diz ela — categorias historicamente definidas — as quais pela primeira vez na história do homem ocidental estão sendo fortemente questionadas.

Ao mesmo tempo, citando Verena Martinez, antropóloga, Marília assinala que a luta pela emancipação feminina que, muitas vezes significaria a troca de um patrão — um marido — por outro — o empregador — não significaria maior liberdade para sua realização plena como pessoa.

"O trabalho seria não uma virtude, mas uma forma mais alta sujeição e, considera Marília, cabe perguntar porque, em nossa sociedade, as características definidas como femininas são tão desvalorizadas. O "trabalho feminino", que envolve dedicação e paciência, bem como os sentimentos "femininos" de afeto, dependência e as atitudes de passividade são, em geral, pouco valorizadas. No entanto, têm, sem dúvida, um lado muito positivo. Há muitas mulheres que realmente gostam de realizar tarefas domésticas, cuidar dos filhos e manter relações de dependência. O problema está no fato de que estas atividades ou características não se apresentam como opções, sendo, de certa forma, impingidas à mulher,

tanto quanto são proibidas ao homem.

"O ideal — acrescenta ela — seria que homens e mulheres pudessem optar livremente por aspectos de um ou outro papel, sem rigidez. Mas, para isto, seria necessária uma modificação radical na ideologia da cultura, de modo que a afetividade, nas relações interpessoais, fosse tão valorizada quanto a competição e a agressividade. Vivemos hoje em uma sociedade economicamente competitiva, onde há mais lugar para o individualismo e a agressividade do que para a cooperação, a sensibilidade e o afeto".

Além da contestação do poder, além da polarização da consciência masculina e da consciência feminina, existe a intuição de que deve haver algo mais, um desenvolvimento maior da consciência humana, já afirmou o economista Paulo Singer.

Eis aí uma relação nova que pode ser levantada, ao pensarmos em Deus mãe, com as virtudes que a tecnologia e o dinheiro, atualmente, não podem encampar com muita facilidade. E não será necessário recomencarmos a pensar, a repensar, na possibilidade de entender melhor o mundo de um ponto-de-vista até agora considerado tipicamente "feminino"? Não seriam os fenômenos de injustiça social nada mais nada menos que a ausência da relação amorosa entre os seres humanos? Não seriam os corações mal formados, os que não aprenderam a generosidade e o amor, os responsáveis pelos sistemas opressores? Não é possível entender toda a desconfiança no ser humano — o povo não sabe votar, não pode ler livros, alimentar-se, informar-se corretamente pela TV e pelo rádio — como resultante da falta de amor materno (agora não mais da responsabilidade única da mulher) em todos os que determinam estas coisas? Homens e mulheres — sedes, pois, à semelhança de Deus — mais agradavelmente mães que pais!...

De mulheres ou para elas

O governo sul-coreano deu sexta-feira ganho de causa a queixa apresentada por Pierre Cardin, famoso costureiro francês, devido a existência, na Coreia do Sul, de uma marca registrada semelhante ao seu nome.

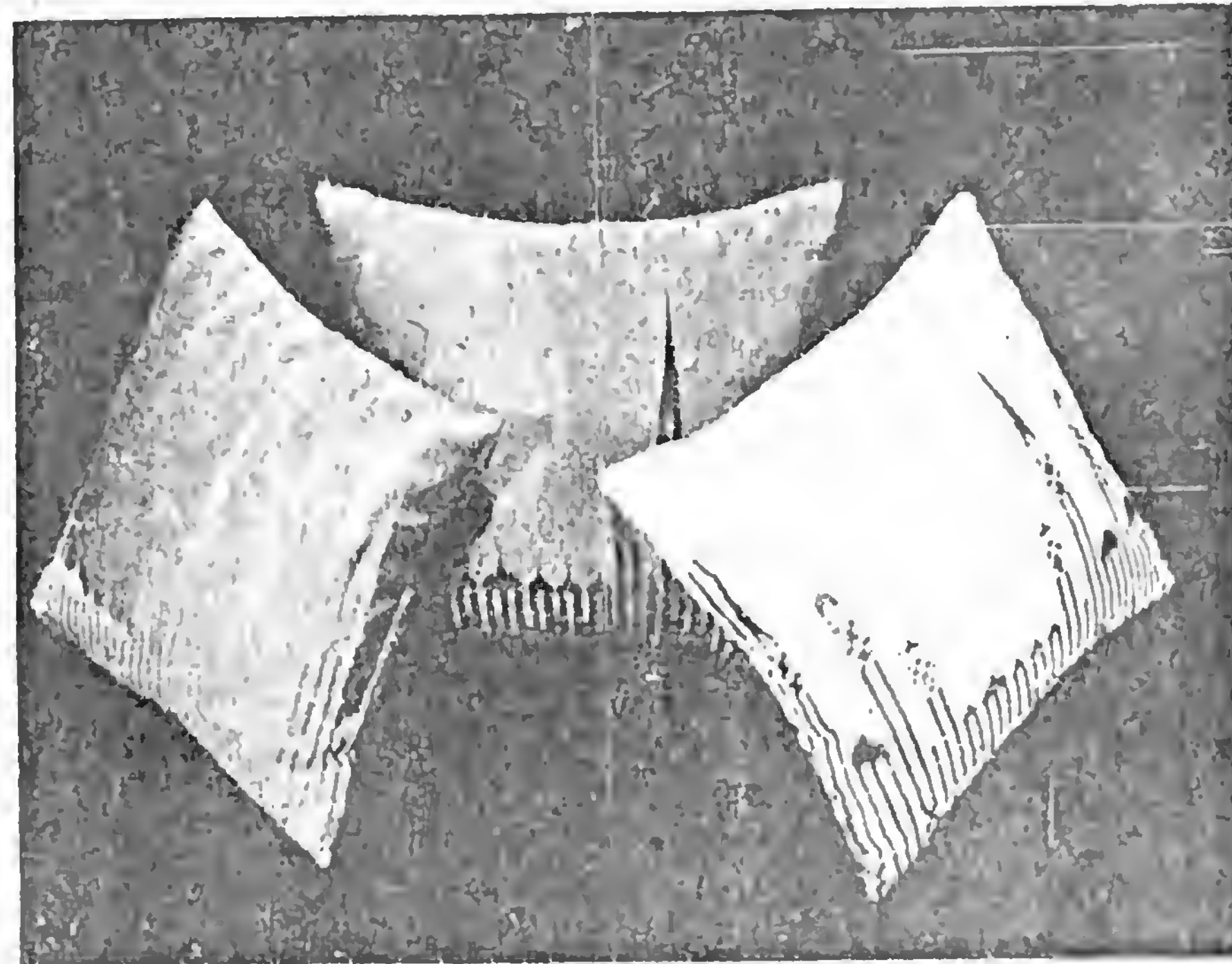
Assim, o departamento de patentes anulou a marca "Pierre Gardim", registrada por um sul-coreano, alegando que esta poderia ser confundida com os artigos assinados pelo famoso costureiro.

A marca "Pierre Gardim" foi registrada em 1973, pelo empresário, Kang Myung-Jin, e era destinada a melas, gravatas e camisas. Em abril, Cardin esteve em Seul para fazer possíveis contratos com firmas sul-coreanas, para concessão de sua marca e descobriu uma marca semelhante a sua já registrada, apresentando a queixa.

Em teoria, Kang poderia apresentar recurso contra a determinação do departamento de patentes, mas o empresário sul-coreano decidiu não recorrer, permitindo que outras companhias sul-coreanas estabelecessem contratos legítimos com Cardin para a fabricação de produtos com seu nome.

NORMA TIBÉRIO

Sensacional o desfile da coleção de Norma Tibério, apresentado na última quarta, em Alphaville, entre um jantar e discoteca. Oito



Almofadas ml, segundo Julio Forti.

manecas cuidadas pelos profissionais de Rafael De la Lastra, sob os chapéus de Sabrina mostraram o bom gosto desta estilista que há 15 anos se dedica, com a maior garra à moda.

VIVA MESMO!

Quem mostra sua "pequeninha" coleção de 150 modelos na próxima terça-feira na Mansão França, às 14h é a Viva Vida, através de 20 dos mais badalados manequins do momento, em benefício da Wizo, entidade da colônia Israelita, cuja função é de recolher fundos e distribuí-los a associações beneficentes, carentes de recursos.

ROSE COTTAGE

Quem também mostra sua coleção (que está sensacional) em benefício (do Instituto Santo Antônio de Paraibuna) é Rose Cottage na próxima quinta-feira, às 14h, na alameda Gabriel Monteiro da Silva, 2175.

MARIA ELISA

A badalada estilista Maria Elisa, que não segue modismos, mas faz de sua moda um verdadeiro show, mostrou esta semana sua coleção em dois desfiles. Como sempre, presença de tecidos moles, bordados variados com fios de seda e metálicos, para deixar a mulher (ainda mais) tentadora. Não é ótimo?

CULINÁRIA

Jacira, conhecida mestra do bem comer, inicia um novo curso de culinária internacional, que se dividirá em duas turmas, nos próximos dias 4 e 5 de outubro. Através de 5 aulas, Jacira ensinará delícias realmente surpreendentes apreendidas com grandes cozinheiros: medalhões ao príncipe Charles e maçãs com marrom glacê (sua especialidade maior), pirâmide de merengues com abricôs e amêndoas; nhoc a florentina, torta Indiana; filé de peixe com camarão à Maxim's, mousse de chocolate ao rum; panquecas de caviar com molho rosê, sorvete de pistache com calda quente de chocolate; lombo recheado com damasco e ameixas, doce de queijo à moda egípcia. Quem se interessa por estas maravilhas, pode telefonar e fazer sua inscrição: 289-3636, com a própria Jacira.

MIL ALMOFADAS

Quem está com uma linha sensacional de almofadas (a preços mais sensacionais ainda) é a Manufacta, logo ali, na Frei Caneca. Julio Forti é o criador de todas as belíssimas estampas que enriquecem almofadas (seu "forti"), lençóis, toalhas de mesa e de banho, jogos americanos incrementadíssimos, etc e tal. Todas sobre tecidos cuidadosamente escolhidos, exatamente com o

mesmo amor com que o designer cria as suas estampas.

FRALDINIHAS

As fraldas descartáveis não são mais uma novidade, nem um luxo. No entanto, há quem ainda não saiba usá-las corretamente. Para essas mães algumas dicas: levante a parte da frente e ajuste em volta da barriguinha do bebê. Sobreponha os cantos da parte de trás — com as fitas adesivas aos cantos da parte da frente e segure firme.

Abra as extremidades laterais da fralda, mas tome cuidado de não abrir as pregas do centro. Coloque a fralda por baixo do bebê, com a parte das fitas adesivas voltada para as costinhas dele. O lado que tem o forro plástico, sempre para fora.

Retire a proteção da fita adesiva e aplique sobre o protetor impermeável da parte da frente, como mostra o desenho.

Mantenha sempre o protetor impermeável livre de talco e óleo, para melhor aderência.

Na hora da troca, descole a fita adesiva e remova a fralda.

Se houver fezes, despeje-as no vaso sanitário. Enrole a fralda com o plástico pelo lado de fora, sele com a fita adesiva e jogue sempre no lixo. Nunca jogue a fralda descartável no vaso sanitário.

“A gente sabe o que quer”

Dona Ophelia, do Movimento do Custo de Vida, fala de sua experiência e sobretudo das tentativas de conversar com as autoridades: ela foi uma das integrantes da comissão que esteve em Brasília, para tentar se avistar com o general Geisel

Dona Ophelia Nascimento Alves participa do Movimento do Custo de Vida de São Paulo desde 1974 e é membro de sua coordenação. É casada, tem 4 filhos, e seu marido trabalha numa oficina mecânica. Além de participar das duas reuniões semanais do MCV, às terças e aos sábados, dona Ophelia trabalha no Clube de Mães de Vila Campestre, na periferia de São Paulo, onde mora, e dá aulas de corte e costura na tarde da quarta-feira. Ela diz que já está acostumada com toda a correria dos trabalhos, mas acha tudo muito compensador. Levanta todos os dias às 5 da manhã, porque seu marido e seus filhos entram no trabalho muito cedo. O MCV, segundo ela, mudou muito sua vida pois hoje ela está sempre preocupada com os problemas do país, procura ler jornais e participar de discussões.

Antes de sair para qualquer reunião, dona Ophelia deixa seus trabalhos domésticos sempre prontos. Lava a roupa dos filhos e do marido, limpa toda a casa, sempre sozinha, “pois a situação não dá pra arrumar ninguém para ajudar”. Ela fez parte da comissão que foi ao Palácio dos Bandeirantes convidar o governador Paulo Egydio a participar da concentração realizada pelo MCV no dia 27 de agosto e integrou a comissão que esteve em Brasília, há três semanas, para tentar se avistar com o general Geisel. (Entrevista a Tânia Angarani)

Movimento - Como a senhora entrou no Movimento do Custo de Vida?

Dona Ophelia - Eu comecei no planejamento dos clubes de mães, em 74, de onde surgiu a idéia do MCV. Num primeiro momento eu recusei, porque achava que iria lutar contra as autoridades. Mas teve um padre que me ajudou a esclarecer mais as idéias e me mostrou que se eu aceitasse, iria lutar contra a alta do custo de vida e não contra as autoridades. Então eu aceitei e, em 1974, demos início à pesquisa nos bairros e verificamos quanto se ganhava e quanto se gastava.

M - O MCV mudou muito a sua vida?

DO - Mudou muito. Mudou porque a gente aprendeu muito, se conscientizou, a gente sabe o que quer. Mudou tanto a minha vida como a vida da minha família. A gente está sempre preocupada em ouvir mais notícias, tá sempre ligada com os problemas do país, com as notícias de economia. Hoje a gente discute política aqui em casa, principalmente na hora do jornal. O pessoal comenta: você viu como o fulano tá pulando pra trás, promete, não faz. Agora, como é época de eleição, fica todo mundo preocupado em quem votar, quem melhor vai representar a gente.



“Ficou provado que o governo é contra o povo, não quer ajudar ninguém”

M - Como foi seu trabalho na coleta de assinaturas?

DO - Eu trabalhei aqui no bairro, ia de porta em porta, num grupo tipo mutirão cada pessoa pegava uma rua e batia. As pessoas recebiam muito bem a gente, poucas se recusavam a assinar. Muitas pessoas tinham vontade de participar das coletas, mas não podiam devido ao tempo de serviço.

M - E sobre os contatos com as autoridades?

DO - A primeira vez que nós fomos ao Palácio, o governador mandou o chefe da Casa Civil receber a gente. Ele veio com toda aquela demagogia, assinou o abaixo-assinado, prometeu que ia estar lá no dia da manifestação. Então a gente saiu de lá sabendo que tudo aquilo era uma demagogia, mas enfim, resolvemos esperar. Inclusive, quando a gente estava saindo, ele disse que qualquer coisa que acontecesse, as portas do Palácio estavam abertas e a gente poderia contar com ele. Menos de uma semana depois do encontro, eles proibiram a manifestação na Praça da Sé, e a gente achou que aquilo lá foi uma covardia, depois do que tinha acontecido no Palácio. A gente ficou descrente do que é governo. O pior é que o governador falou que as mães estavam sendo levadas por um grupo de subversivos. Isso chateou muito a gente, porque isso não é verdade.

M - O que as autoridades disseram sobre os pedidos do MCV?

DO - Quando é a gente que pede, eles falam uma porção de coisas, dizem isso e aquilo. Mas eles estão sempre procurando solucionar os problemas dos grandes industriais. O problema do pobre que precisa comer, precisa de uma casa para morar, eles não procuram ajudar, não querem nem ver qual problema que é. Se eles tentarem e quiserem, eles vão ter meios de congelar o preço de algum alimento pra gente, tirar por exemplo um pouco de imposto das mercadorias, pois tudo que você vai comprar, você está pagando imposto. Porque eles não procuram um meio de buscar a mercadoria e vender para o povo direto? Ficaria mais barato.

M - Qual foi o primeiro contato que vocês tiveram em Brasília?

DO - Quando nós estávamos em Brasília, fomos falar com D. Ivo, na CNBB, e ele nos disse que a CNBB é muito mal vista no Palácio do Planalto. Mas ele nos desejou um bom êxito e disse que acreditava que a gente ia conseguir alguma coisa.

M - E no Congresso, como a comissão do MCV foi recebida?

DO - No primeiro dia que fomos ao Congresso, ficamos mais de 12 horas lá, batendo de porta em porta. Conversamos com diversas autoridades, tanto da Arena como do MDB. Os do MDB diziam: a gente apóia, queria ajudar vocês, mas a gente é tão marginalizado quanto vocês, por isso a gente não tem como ajudar. Os da Arena, que a gente sabe que são caminho do Palácio do Planalto, diziam: como podemos ser caminho pra vocês, se nós também temos que pedir audiência ao presidente com bastante tempo? Ai a gente dizia: só queremos cinco minutos, é somente o tempo de entregar o abaixo-assinado e nada mais. Falamos com o Sr. Jarbas Passarinho, ele tentou com aquele modo dele dizendo: eu não posso ser o caminho, mas vou indicar. Ele prometeu que no outro dia, às 10 horas, estaria no Congresso para nos levar até o Petronio Portela. Esperamos até as 11 horas e ele não apareceu.

M - O que a senhora sentiu no contato com os políticos?

DO - O pessoal do MDB diz que está marginalizado como o povo, que com esse movimento o povo tem que procurar se unir pra quebrar essa ditadura que está aí. Quanto aos políticos da Arena, a gente acha que é tudo uma demagogia, parece que nem mesmo eles tem tanta segurança lá. O que eles procuraram é enganar as pessoas.

MCV - Goiás: também terra para os lavradores

M - E como foi o encontro com o general Euler Bentes?

DO - Com ele a gente conversou bastante. Quando a gente falou das nossas reivindicações, ele falou que também estava lutando, e que vai ser uma das propostas dele lutar pela terra, pelo voto direto. A gente inclusive perguntou pra ele: será que se o senhor tivesse na presidência o senhor ia fazer o mesmo que esse outro tá fazendo com a gente? Ele disse que não, que o negócio dele é povo e que ele quer procurar ter um contato mais direto com o povo. Mas a gente sabe que isso não é verdade. Porque depois que eles estão lá eles esquecem que povo é gente. Eu não acredito nisso. Seria muito bom se fosse verdade. Hoje, quando ainda se é candidato, o sujeito conversa com todo mundo. Porque depois de eleito tem toda essa barreira, essa guarda, essa segurança para acompanhar as pessoas. Será que não é a mesma pessoa? Será que não pode conversar com o povo? No meu ver, se eles fossem honestos mesmo, eles não tinham medo do povo. Para o povo ser livre, eu acho que tinha que ter um livre contato com tudo, com o governo, com quem quer que seja. Agora, entra lá na presidência precisa marcar audiência. Tá certo, a gente marca a audiência, mas o presidente precisa falar com o povo. O povo quer diálogo. Agora, não é pra ficar fechado sem falar com ninguém, sem dar ouvido ao povo. Depois de tudo que aconteceu em Brasília, ficou provado que esse diálogo é falso. Só nós é que quisemos diálogo, ele não.

M - E como o pessoal do bairro acompanhou a viagem da comissão a Brasília?

DO - Quando a gente estava em Brasília, todo mundo tava acompanhando o que acontecia. Quando se dizia que o presidente não recebeu a comissão, tudo isso ia curtindo no povo. No fundo, eles ficaram mais conscientes da distância que o povo tem do governo. Ficou provado que o governo é contra o povo mesmo, não quer ajudar ninguém. O povo diz: só se fala nesse tal de diálogo, mas porque não receberam vocês? Então eu acho que está todo mundo firme, buscando uma união ainda maior.

O Movimento do Custo de Vida de Goiás lançou na semana passada seu primeiro boletim, informando que "em um mês de trabalho foram recolhidas 19.500 assinaturas" para o abaixo-assinado que deverá ser enviado às autoridades. O abaixo-assinado do MCV-GO endossa as três reivindicações do MCV de São Paulo - congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, abono salarial imediato para todas as categorias de trabalhadores e aumento de salário acima do aumento do custo de vida e faz mais duas reivindicações específicas: "que a terra seja dada para os que trabalham ou queiram trabalhar nela, juntamente com tudo o que for necessário para produzir (assistência técnica, crédito etc) e "que os que trabalham na terra tenham os meios necessários para vender a produção diretamente ao consumidor, eliminando assim o intermediário". As duas novas sugestões foram sugeridas pelos lavradores que compõem a maioria do MCV em Goiás.

Segundo o boletim, o MCV surgiu em Goiás numa reunião realizada no dia 25 de junho, com a participação de representantes de 21 municípios. Nesta reunião foi escolhida uma comissão coordenadora provisória, composta por três lavradores e dois operários, que organizaram a primeira assembléia do movimento, realizada no dia 27 de agosto, em Goiânia. Nesse encontro, "que reuniu 26 bases de todo o Estado", foram definidas "as ferramentas de trabalho do movimento: visitas, bate-papos, reuniões, músicas, folhetos e cartas, abaixo-assinado".

Por sua vez, em São Paulo, a coordenação do MCV marcou para o próximo dia 30 uma reunião geral para a avaliação da viagem feita a Brasília por uma comissão do movimento, encarregada de entregar às autoridades as listas com o nome de 1 milhão e trezentas mil assinaturas exigindo do governo medidas urgentes para conter a carestia. Como nenhuma autoridade recebeu a comissão, os pacotes de assinaturas do abaixo-assinado foram protocolados no Palácio do Planalto. A avaliação, por enquanto, está sendo feita nos vários setores da periferia de São Paulo que integram o MCV. Nessas reuniões estão sendo utilizados filmes da manifestação realizada na Catedral da Sé, no dia 27 de agosto, para, segundo um membro da coordenação do movimento, "mostrar realmente o que aconteceu, a grande participação popular, e ajudar a tirar a imagem que a grande imprensa divulgou ao destacar muito a atuação da polícia".

Por enquanto estão sendo discutidas as várias sugestões de como dar continuidade ao MCV em São Paulo, entre elas a de continuar a coleta de assinaturas que seriam enviadas ao governo em lotes de 100 mil, a formação de cooperativas populares de consumo para enfrentar a alta do custo de vida, a formação do Instituto do Custo de Vida - encarregado de realizar palestras, seminários e pesquisas sobre o assunto.

Outra proposta do MCV de São Paulo é a realização de um Congresso Estadual do Custo de Vida e mesmo de um Congresso Nacional, visando unificar os movimentos semelhantes que se organizaram ou estão se organizando em vários Estados. Para os membros do MCV de São Paulo, a viagem da comissão a Brasília foi muito importante para divulgar a nível nacional os objetivos do MCV e para mostrar o total desrespeito do governo diante dos movimentos populares. Eles reafirmam que o prazo para que o governo dê uma resposta às reivindicações encaminhadas pelo abaixo-assinado continua o mesmo - dia 30 de setembro - e que na segunda quinzena de outubro será realizada uma ampla manifestação para se decidir sobre a reação do governo.

Altenfelder "mostra" sua resposta à matéria do "Time"

"Esta é uma das respostas à reportagem sensacionalista da revista Time". A declaração é do secretário Mário Altenfelder, da Promoção Social, feita durante a inauguração da nova creche do Departamento de Amparo e Integração Social — DAIS — no bairro do Brás. A cerimônia teve a presença de Dona Lila Egydio Martins, presidente do Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo.

Com capacidade para atender a 300 crianças, filhos dos funcionários e de pessoas assistidas pelo DAIS, a creche foi inaugurada por dona Lila às 10 e 45 com o corte da fita verde-amarela colocada na escada que dá acesso aos berçários no primeiro andar. Nesse pavimento antes de visitar as várias seções, as esposa do governador descerrou uma placa de bronze.

Depois, no auditório do DAIS, o secretário Mário Altenfelder discursou enaltecendo o empreendimento, não sem antes lembrar que o prédio inaugurado em 1887 pelo Visconde Parnaíba, para abrigar os imigrantes italianos e portugueses, mantinha até há pouco tempo crianças em verdadeira promiscuidade. "Elas viviam atiradas no pátio, entre tuberculosos e em meio a sujeira", o que levou a Secretaria do Bem-Estar Social reformar totalmente o prédio da rua Visconde Parnaíba. Dona Lila e o pediatra Roberto

Minheto também discursaram, sendo que as cerimônias foram encerradas com as músicas cantadas pelo coral da Secretaria do Bem-Estar Social.

A creche já estava funcionando, em caráter experimental, há 60 dias, apresentando "excelentes resultados", segundo Hélio Rodrigues, diretor do DAIS. Ele informou ainda que o atendimento na creche será extensivo a crianças de ambos os sexos, distribuídas em três grupos etários: berçário, de 0 a 1, maternal, de 2 a 3 anos, e jardim, para crianças de 4 a 6 anos incompletos. Atualmente, 120 crianças estão sendo atendidas pela creche, que funciona em regime de semi-internato, exceto em casos excepcionais, quando o menor apresenta problema de saúde.

Para a implantação da creche, que conta com lactário, berçário, escola, enfermaria, departamento médico e refeitórios, foi empregada uma verba de mais de seis milhões de cruzeiros, dos quais quase 800 mil cruzeiros foram gastos na compra de equipamentos. E como o DAIS é encarregado de providenciar trabalho, assistência e documentação para as pessoas carentes, principalmente migrantes, a creche serve para que essas pessoas possam deixar seus filhos enquanto estão no trabalho. No entanto, o benefício será suspenso assim que elas normalizarem sua situação.

Jornal: O SAO PAULO
Data: 23-29/09/1978
Pág.: 10Pasta n.º
N.º do recorte: 0288

Quem abandonou os menores?



Todos nós temos culpa pelo estado a que estão relegadas as 2 milhões de crianças abandonadas e as outras 14 milhões vivendo em tais condições de pobreza que o abandono seria preferível. Os dados chegaram a escandalizar as autoridades, após a publicação na revista "Time" de 11 de setembro. Como sabemos, houve uma CPI do Menor, em Brasília, que acabou engavetado apesar de ter levantado uma série de questões. Uma de suas conclusões, e até pessoas ligadas diretamente ao governo o admitem publicamente, é quanto ao que fazer para mudar esse quadro. De fato, todos acham que somente com uma profunda mudança da estrutura sócio-econômica será possível, pelo menos, atenuar o problema. (Última página)

Menor abandonado, um grave problema de todos nós



ESSES dados foram publicados na revista norte-americana *Time* no dia 11 de setembro, com o título "A geração perdida do Brasil", na seção "World", página 11, e republicada nos jornais desta semana. A matéria mostra como é que os menores sobrevivem em diferentes cidades brasileiras, descreve como é que eles vivem nos cubículos como ratos, como saqueiam os passantes e praticam todo tipo de delito, e como algumas meninas são levadas à prostituição.

Em determinado trecho da reportagem, há uma informação que provocou a ira dos responsáveis pelos menores: a matéria diz que as crianças que caem nas mãos das autoridades não estão necessariamente em melhores condições do que os garotos que vagueiam pelas ruas. E que as queixas dos menores contra os serviços mantidos pelo governo são ignoradas.

No dia 14 o juiz de menores da Capital, Nilton Silveira, convocou os jornalistas para se explicar. Considerou a reportagem do *Time* "sensacionalista e injusta". Quanto a parte das estatísticas, disse não ser possível desmentir a revista americana, porque não contava com dados em mãos. Achou, no entanto, que a revista não procurou mostrar o que ele chama de "dados positivos", ou seja, aquilo que vem fazendo, como se tivesse fazendo alguma coisa de favor, e não cumprindo com sua obrigação por ser um juiz de menores. E — surpresa! —, o juiz Nilton Silveira chegou a admitir que só uma melhor distribuição de renda poderá resolver o problema do menor abandonado.

Nesse mesmo dia, em Brasília, o senador Leite Chaves, do MDB, desafiava o governo "que faz alarde de seus milagres", a contestar a reportagem da *Time*, e em seguida leu o artigo para que contasse dos Anais, "de modo que na posteridade os pesquisadores não façam uma imagem da atual administração à base de discursos econômicos".

Dia 15 em Brasília: a Delegacia Regional da Funabem do Distrito Federal confirmou que os dados publicados na revista foram fornecidos pelo órgão, e que estão mais do que corretos. Só que os autores da

reportagem se esqueceram de dizer quais eram os agentes causadores desta marginalização, ressaltou o superintendente regional daquele órgão, Roberto Cavalcante.

A própria Comissão Parlamentar de Inquérito do Menor, que funcionou na Câmara dos Deputados em 1975 mencionou em seu relatório que existiam 13.542.508 menores carentes no País. Quanto aos menores abandonados, de acordo com aquele trabalho, eram de 1.909.570 crianças e jovens.

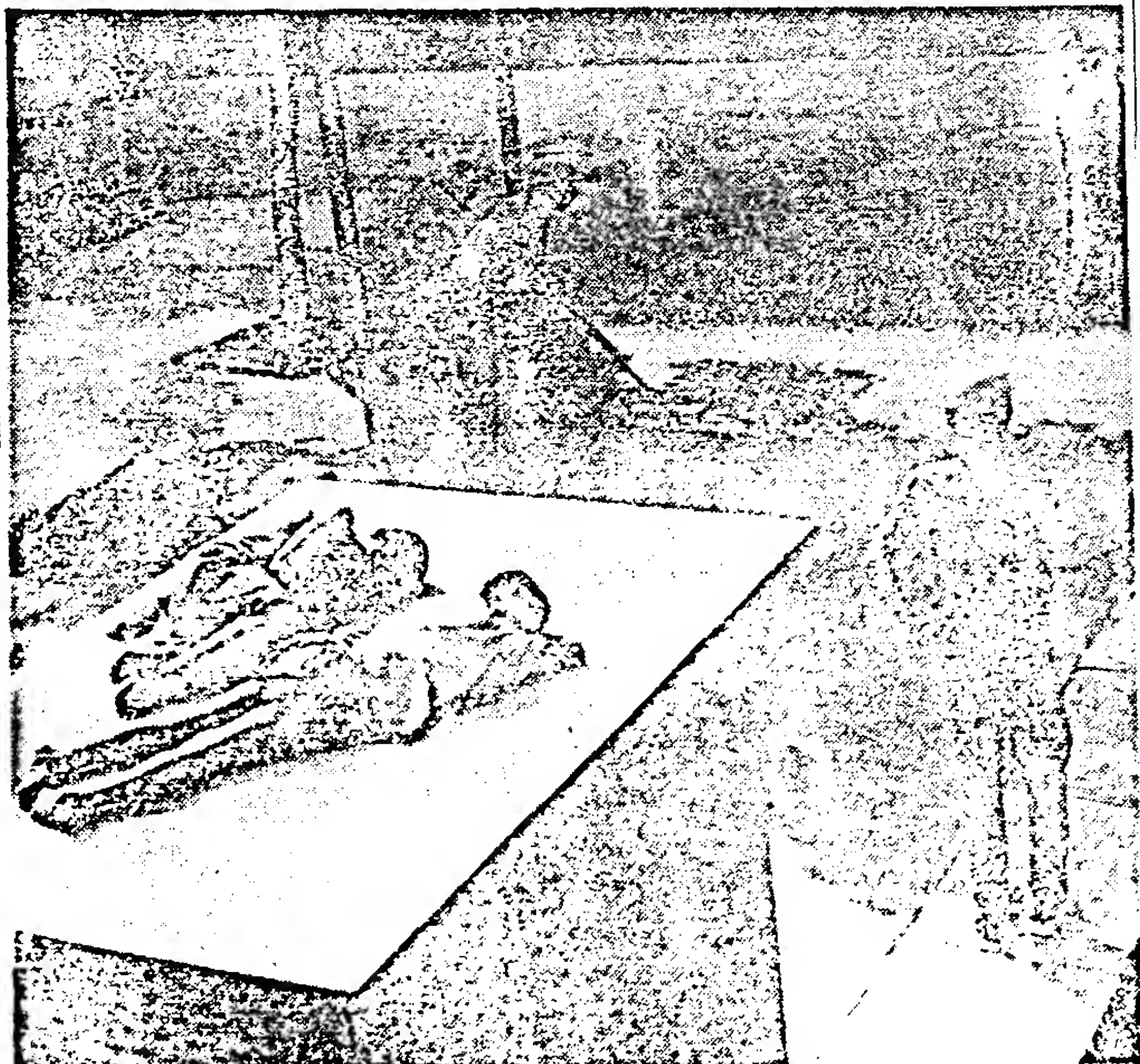
João Benedito de Azevedo Marques, ex-presidente da Febem, que foi afastado de modo nebuloso do órgão, entrevistado pela "Folha", revelou que o esforço em favor do menor deve ser reconhecido. Concluiu afirmando que "uma reformulação tão grande, a partir de agora, só será possível a partir de uma profunda mudança da estrutura sócio-econômica da sociedade".

Padre Agostinho, que trabalha há mais de vinte anos com menores, e que iniciou esse paciente trabalho em Recife vendendo cafezinho com os meninos e dormindo em coleiros vazios, ao ler a reportagem da revista, achou que "até que ela não está muito violenta". E que há muito mais dados que poderiam ser levantados, constatados e que são irrespondíveis.

Para a irmã Anita, do Amparo Maternal, esses dados apresentados pela *Time* são mais do que verdadeiros: "Quando em certo trecho a matéria diz que a mulher trabalha 10 horas por dia, a verdade é que ela trabalha muito mais do que isso". De resto ela não tem mais comentários a fazer, porque achou que a matéria é muito clara e objetiva.

Em seguida apresentamos três matérias sobre o menor. Relacionamos menor e moradia (no caso o cortiço); de onde começam os problemas, no caso os amparos maternos, onde vão parar mulheres que tiveram elas mesmas pesados encargos e infância não muito feliz na maioria das vezes; e, finalmente, contamos o caso ocorrido há 1 ano, durante a semana da criança, em que oito meninas tentaram suicídio coletivo numa Unidade do governo, voltada em tese para a prática de sua libertação.

O País tem 2 milhões de crianças abandonadas por seus pais indigentes, e outros 14 milhões vivendo em tais condições de pobreza que o abandono quase seria preferível. Esses 16 milhões de seres humanos — um terço da juventude brasileira — estão crescendo em circunstâncias de tanta privação que é improvável que possam desempenhar, algum dia, um papel dentro da sociedade moderna. Isso tudo em meio a "delícias", ou seja, desde 1969 o Brasil alcançou uma das mais espetaculares taxas de crescimento econômico do mundo, uma impressionante industrialização e um alto nível de vida para sua próspera classe média. Ironicamente, esse escândalo social é uma consequência do avanço econômico do Brasil. Por mais de uma década, milhões de famílias camponesas abandonaram o campo à procura de empregos nas fábricas das cidades. Para muitos, o esforço era inútil, pois sem habilidades na educação, elas só poderiam, na melhor das hipóteses, encontrar emprego em níveis muito baixos — ou em muitos casos, emprego nenhum. Que futuro podem ter esses párias quando atualmente cerca da metade da população, 110 milhões de habitantes é constituída por jovens de 19 anos ou menos?



A vida das crianças no cortiço

"A diferença entre crianças que moram em cortiços e as faveladas é que enquanto estas vivem em ambiente precário mas livre, aquelas de cortiço são mais agressivas, por viverem em ambiente fechado. Existe também outro fator comportamental a ser observado: normalmente elas se tornam maduras precocemente, devido a carga de experiências por que tem de passar. E há um dado que não pode ser desprezado de forma alguma: há uma tendência dessas crianças desaparecerem dos cortiços, porque os locatários já não estão aceitando mais casais com filhos".

Essas palavras são da irmã Maria Emilia Margonari, que há 7 anos desenvolve um trabalho com crianças de cortiço no bairro de Santa Cecília. Ela tem constatado que é muito difícil se conseguir voluntárias para este tipo de trabalho, talvez porque seja muito difícil desenvolver o que

ela define como "um trabalho a ser feito com amor, que exige que se acaricie também, mas que devemos esquecer de ter mãos de ferro com luvas de pelica".

Irmã Maria Emilia trabalha com 64 crianças com idades que variam de 7 a 12 anos, cujos pais trabalham fora. Em linhas gerais são crianças que apresentam distúrbios de comportamento, tais como carência afetiva, algumas vezes casos de furtos, de perversão sexual, tudo causado pela vivência em ambiente promiscuo. Quase onde se faz de tudo, banho, cozinha, lavagem de roupa, e até relações sexuais à vista das crianças.

Muitas vezes há casos em que as mulheres dão comprimidos para as crianças dormirem, para elas receberem "visitas" no quarto. Mas acontece que essas crianças apenas fingem que dormem. É normal que elas tenham um vocabulário que provoca a assustar os

adultos é preciso muita vigilância quando as crianças estão juntas.

Esse quadro é apresentado por irmã Maria Emilia como uma situação geral num trabalho desenvolvido no Setor de Serviço Social da Paróquia de Santa Cecília nesses últimos sete anos. Com outros, ressalta, ela não sabe o que vem acontecendo.

Para irmã Maria Emilia, as crianças de cortiço são idênticas a qualquer outra criança marginalizada. Com relação às crianças de periferia, por exemplo, ela observou que o que elas não aprendem dentro de casa acabam aprendendo na rua. Aliás, é na periferia que elas acabam, agora que há um conceito mais ou menos generalizado entre os exploradores de cortiço — que geralmente tem rendas que vão a Cr\$ 100 mil mensais — de que não é conveniente alugar quartos para casais com filhos.



AGRESSIVIDADE

Quanto a este aspecto da agressividade, irmã Maria Emilia notou que as crianças de cortiço gostam de coisas bonitas. Mas as destroem com uma facilidade incrível. Essa carga de agressividade é dirigida também para os armários, cadei-

ras e mesas que elas tem. E por esse motivo, casa da rua Continho, Santa que tem capacidade para 60 menores, com quatro a mais, ficar com essas crianças ali do que expostas a um trancado.

Quando o problema é herdado dos pais

O filho de Arlete Pereira de Souza nasceu na tarde de segunda-feira no Amparo Maternal, entidade católica mantida através de subvenções da Prefeitura, Estado e donativos de campanhas. É uma das 40 crianças que nascem diariamente nos berçários daquela Casa. Como também é uma das crianças que tem mais 5 ou 6 irmãos, de pais que têm renda de Cr\$ 4 mil em média, o que significa que vivem em condições péssimas.

Quando trabalhou pela última vez, até ficar muito pesada e não poder continuar, Arlete ganhava Cr\$ 1.300,00 mensais. Era empregada doméstica. Saía às 6h30 da manhã e voltava entre 18h30 e 19 horas todos os dias. Vivía num barraco em Mairinque, cidade servida pela linha da FEPASA, onde trabalhava num bar, e depois na casa de um médico.

Arlete pagava Cr\$ 360,00 pelo barraco de três cômodos, utilizado em parte por outra família de quatro pessoas. Deixava suas crianças trancadas ao sair de casa. Sua filha de 8 anos é quem lomava conta dos

outros irmãos de 4 e 3 anos de idade. Isso até a hora dela ir para a escola. Aí fechava a porta com cadeado, para os irmãos não irem para a rua, onde poderiam ser atropelados.

Todas as manhãs Arlete levantava às 5 horas. Preparava o almoço, porque às 11 era só sua filha esquentar e dar para os irmãos. Um dia ela chegou em casa sentindo forte cheiro de gás. Correu para a cama. Encontrou seus dois filhos deitados, quase desmaiados. Ela desligou as quatro bocas do fogão. Outras vezes seus filhos tem adoeção. "O menor foi desenganado pelo médico", disse ela. Com febre alta, sarampo e um edema pulmonar. Ela não teve outro jeito: levou seu filho ao hospital. Mais tarde, há cerca de 1 mês, decidiu vir para São Paulo.

Arlete estava na rodoviária quando surgiu uma Polícia Feminina. Constatou-se que tinha desfeito sua casa, e que só sobrava aquela mala velha com as roupinhas das crianças, mais nada. Foi levado ao Centro de Encaminhamento de Migrantes do Estado — Cetrem,

e acabou no Departamento de Imigração — DAIS, no Brás, onde está vivendo.

Atualmente as crianças estão chorando muito. Não entendem porque tem tanta gente em volta. Gente maltrapilha, que vem de todos os lugares.

A vida de Arlete não foi menos infeliz do que a de seus filhos. Com 12 anos de idade ela saiu de sua casa, em Teófilo Otoni, Minas, para trabalhar como babá em casa de família. A mulher prometeu tudo para sua família e Arlete acreditou. Só que aqui em São Paulo ela viu que o quadro era bem diferente. Teve de submeter-se a todos os trabalhos pesados nesta casa de família. Como ela acabou doente e a patroa não a pagou, Arlete foi embora. Procurou outra família e assim viveu de casa em casa. Não mais soube de notícias sobre seus familiares. "Sinto vergonha", disse ela. Até hoje Arlete não sabe se seus pais são vivos, como estão seus irmãos, o que aconteceu com eles. "Pago o preço de uma decepção", lamentou.

Aos 20 anos de idade,



ela encontrou um rapaz, aparentemente um bom rapaz como ela mesma ficou. Pedreiro de profissão. Foi com ele que Arlete teve os filhos, até que ele a abandonou. "A

gente não pode prever ninguém; que cada um faça seu próprio destino. Foi assim que ela se formou. E é com conformismo que ela vive.

Lugar de criança é na rua ?

J da Vila, 2 ANO, nº 7, ref. 1/78



Foto: Nair Benedito

Em toda a área da Administração Regional do Ipiranga existem apenas três creches e nove parques infantis, todos eles situados em algumas vilas vizinhas à via Anchieta - Vila Carioca, Heliópolis e São João Clímaco. Em nenhum dos bairros onde circula o *Jornal da Vila* - uma região onde moram cerca de 150 mil pessoas - há qualquer opção para as mães deixarem seus filhos pequenos enquanto trabalham.

Helena Munhoz, moradora da Vila Brasilina, conta que as crianças são obrigadas a ficar na rua, brincando no lixo ou trancadas em casa, se a família não pode pagar alguém para olhá-las enquanto a mãe vai para o serviço. Com isso, diz ela, "as crianças não aprendem a falar direito e ficam medrosas, porque não tem contato com outras crianças".

A constatação é verdadeira. Segundo os técnicos em educação, nessa idade - entre 3 e 6 anos - é que a criança começa a estruturar sua inteligência e reunir condições para o conhecimento das coisas, das pessoas e do mundo. Alaide Almeida, 7 filhos, moradora da rua Marquês de Lages, diz: "Sinto que estou roubando a infância de meus filhos, tendo que trabalhar. Como não posso deixar as crianças na rua, elas ficam a maior parte do tempo dentro de casa, vendo televisão ou ouvindo rádio. Não sabem o que é um animal, subir numa árvore ou mesmo pular um muro. Não convivem com outras crianças. As três mais velhas de 16, 14 e 12 anos já estão trabalhando de empregadas domésticas. Eu não obriguei, mas sinto que elas vão trabalhar para sair de casa, porque não tem espaço".

Parque no ferro-velho

Helena e Alaide não estão, porém, conformadas com a situação. Pretendem organizar uma lista de mães interessadas em brigar para conseguir um parque infantil para a Vila Brasilina. Já encontraram inclusive um local onde poderia ser criado o parque: o terreno da Marquês de Lages com a av. N.S. das Mercês, onde há um ferro-velho.

"Este ferro-velho, conta Helena, só está trazendo problema. Cada dia tem uma trombada mais feia que

a outra com os caminhões velhos que transportam sucatas, sem falar que os meninos maiores levam os mais novos pra lá, pra fazer sem-vergonhice".

Elas pretendem ir à Prefeitura ou ao Palácio do Governo reivindicar o local para a construção do parque. E então confiantes: "Em 1968 fizemos uma comissão para criar um ginásio e conseguimos. Agora vamos nos reunir outra vez e pedir o parque. Temos já um pouco de experiência e sabemos que a gente se unindo, consegue".

Crianças vão continuar na rua

As verbas para os parques infantis são dadas pela Prefeitura através do COBES - Coordenadoria do Bem-Estar Social - que se responsabiliza por 70% das despesas. Os outros 30% são cobertos por entidades que se dispõem a ajudar. Assim, nos bairros onde não existem essas entidades para financiar a criação de parques ou creches - justamente os bairros mais necessitados, onde a população é mais pobre e as mães têm que trabalhar - as crianças continuarão na rua.

No ano de 78, a Prefeitura destinou um total de 249 milhões, 375 mil cruzeiros para a educação pré-escolar. Mas, segundo a Supervisão Regional do Serviço Social da Administração do Ipiranga, essa verba não vai incluir os bairros da Regional. As vilas da periferia da cidade estão sendo atendidas por ordem de prioridade e, durante 1978, os bairros da zona norte e da zona leste receberam as verbas em primeiro lugar.

Para os demais, o secretário da Educação do município, Hilário Tortoni, apresenta outra solução: o Planedi - Plano de Educação Infantil. Segundo o plano, os cursos de educação infantil são dados nas dependências das escolas primárias para crianças cujas mães possam dar ajuda à escola, fazendo limpeza ou realizando dois dias de plantão por mês para olhar as crianças. Essa é a condição, aliás, para mais tarde matricularem seus filhos no 1º grau da escola. Portanto, uma solução que não resolve o problema, na medida em que o interesse das mães é justamente encontrar um lugar para deixar os filhos e poder sair para trabalhar.

Não há um só parque ou creche na região. As crianças brincam na rua, nos lixões ou ficam trancadas em casa. Mas na Brasilina algumas mães estão dispostas a brigar pela criação de um parque infantil

Povo responde acusações contra MCV

“Já não basta colocar a polícia atrás de tudo que a gente faz?”

No Jardim Santa Teresa, as donas-de-casa faziam questão de assinar pelos seus filhos, que também são vítimas da carestia. Os analfabetos também tiveram seus nomes assinados pelos companheiros. Daí o fato de vários nomes terem sido escritos com a mesma letra.

O que o povo trabalhador de São Paulo achou da atitude do governo, que os acusou de falsificarem assinaturas? Na semana passada, a repórter Tânia Angarani, de Movimento, visitou dois bairros da periferia de São Paulo, onde ouviu expressões como estas:

- O governo vive arranjando desculpas para não atender o povo.
- Desonesto é o governo.
- É isso o tal diálogo?
- O povo não precisa falsificar nada.
- Foi mais um motivo pra mim não gostar deste governo.
- Eu não vou deixar de participar só porque não sei ler.

Um dos bairros visitados, a Vila Monte Santo, fica a mais de duas horas do centro de São Paulo, de ônibus. Situada na zona Leste da cidade, a Vila, como a grande maioria dos bairros pobres de São Paulo, não tem ruas iluminadas, nem esgotos. E poucas casas têm água encanada. No bairro, quase todo mundo assinou o abaixo-assinado contra a carestia. No setor Ermelino Matarazzo (que abrange vários bairros, incluindo a Vila Monte Santo) foram coletadas 39.710 assinaturas.

O Jardim Santa Rita, o outro bairro visitado, tem as mesmas características do primeiro, só que fica na região Sul, no setor de M'Boi Mirim, que arrecadou o maior número de assinaturas dentre todos os setores de São Paulo: 125.537.

Nos dois bairros existem clubes de mães, que promovem, regularmente, reuniões para discussão dos problemas enfrentados no seu dia-a-dia. Na semana passada, o tema predominante nas reuniões era a resposta do governo ao abaixo-assinado. A revolta era visível: “Já não basta ele colocar a polícia atrás de tudo que a gente faz, e ainda tá querendo chamar a gente de desonesto?”

Quase todas as pessoas que moram no Jardim Santa Teresa e na Vila Monte Santo assinaram o documento contra a carestia. A seguir, apresentamos algumas declarações destas pessoas, feitas na semana passada a Movimento. As próximas declarações são de moradores da Vila Monte Santo:

Edmundo Limar, operário - “Eu não concordo com isso que o governo tá dizendo do pessoal do Movimento do Custo de Vida. Eu tenho 12 filhos e todos eles assinaram. Sabe por quê? Porque o povo que não sente o peso do custo de vida está bem morto, lá embaixo da terra. Eu não conheço ninguém vivo que não sente isso”.



Nos bairros da periferia de São Paulo, a população trabalhadora (os falsificadores, segundo o governo) explica por que existem várias assinaturas com a mesma letra e acusa o governo: “Eles vivem arranjando desculpas para não atender o povo. O custo de vida só tá bom pra ele e aquela meia dúzia que ele protege”.

Júlia Bárbaro, dona-de-casa, três filhos - “Assinei o abaixo-assinado e passei na minha rua todinha. Se passar aqui outra vez eu assino outra vez. Eu não acho justo deixar as pessoas analfabetas sem assinar. Se elas pedem que outras pessoas assinem por elas é porque estão sentindo o custo de vida”.

Dulce Ribeiro, dona-de-casa - “Assinei pelo meu marido, pela minha mãe e pela minha irmã. Eu fiz isso porque eles não estavam em casa quando a moça passou. E como eu sabia que eles estavam do lado do MCV eu assinei. E assinaria outra vez”.

Marina Real Lima, dona-de-casa - “Eu vi todo mundo, desde o começo, pegando as assinaturas. Eu não gostei nada do que o governo fez. Aliás, eu não gosto é dele mesmo. Eu nem escolhi ele”.

Petronilo Brito, operário aposentado - “Essa atitude do governo é bem canalha, isso sim. O custo de vida só tá bom pra ele e para aquela meia dúzia que ele protege. O povo fala que passa fome e ele põe a polícia em cima. Em casa todos assinaram. E assinariam outra vez, até melhorar ou eles prenderem a gente”.

Aurea Maria da Silva, dois filhos pequenos - “Assinei por mim e pelos meus dois filhos. Eu fiz isso porque eles também sentem toda a alta dos preços. Veja uma coisa: eu chego numa casa, com um abaixo-assinado para diminuir o custo de vida, e tem gente que não sabe ler, mas quer que o seu nome seja colocado. O que eu posso fazer? Até parece que analfabeto não é gente”.

Irene Nascimento, dona-de-casa - “Fiquei revoltada com essa atitude do governo. O Movimento do Custo de Vida é um movimento de protesto diante da situação que o povo tá enfrentando. Ninguém iria falsificar assinatura nenhuma”.



Dona Maria Teixeira: “O pedreiro queria assinar, mas estava com as mãos sujas e pediu que eu assinasse por ele. Eu assinei. Aí apareceram outros que não sabiam escrever e pediram a mesma coisa. Outra vez uma mulher assinou por umas doze colegas suas que estavam trabalhando na cozinha de um clube e estavam com as mãos sujas de massa. Nosso movimento é honesto, mas o governo não quer diálogo”.

Maria Teixeira, empregada doméstica - "Um dia eu estava com o pessoal do mutirão, no bairro Rio Branco. Passei em frente de uma construção e falei com um pedreiro sobre o Movimento. Ele quis assinar, mas estava com as mãos sujas e pediu que eu assinasse, pois ele estava de acordo. Então eu assinei por ele. Dali a pouco foi chegando um monte de pedreiros, uns oito, e falaram a mesma coisa, então eu assinei. Eu fiquei muito contente com tudo isto, mas depois dessa notícia do governo eu fiquei triste. Essa atitude dele é uma injustiça, nosso Movimento é muito honesto. O governo está sempre contra o povo. Nós pedimos diálogo mas ele não ouve".

No Jardim Santa Teresa, ao percorrer uma rua cheia de pequenos barracos, alguns pendurados sobre barrancos, a repórter ouviu as seguintes declarações:



Dona Ana: "Desonesta foi a resposta do governo, pois o povo não tem culpa se existem muitos analfabetos no país. Eu pergunto ainda: é isso aí o tal diálogo?"

Maria Silva dos Santos, dona-de-casa - "Eu assinei por algumas pessoas que não sabiam ler nem escrever, mas queriam participar. Nunca achei que isso fosse proibido. Eu acredito que o governo tá fazendo isto para hotar de lado aquilo que a gente pede, pra ver se a gente esquece do que pediu. Pra ser sincera, eu não posso dizer que não é a culpa que ele fosse arranjar uma desculpa".

Maria Antonia Almeida - "Não vi nada desonesto. Mas vi muita gente trabalhando para conseguir as assinaturas. O governo está arrumando desculpa para não atender o povo".

Carmarina Paula, dona-de-casa, seis filhos - "Ali não existe nenhuma assinatura falsa. Tudo aquilo é nome de gente que sofre, que não está contente. Mas eu pergunto: será que o povo não leu sobre o que aconteceu na região da Sê? Quem estava lá era o pe-



Dona Carmem: "Essa atitude do governo foi muito ruim. Não vejo nada falso no Movimento do Custo de Vida. Só não ajudei a coletar assinaturas porque não tinha com quem deixar as crianças".

Lourdes Santos Cruz - "Senti uma decepção quando o governo falou aquilo. Eu acho que o presidente deveria andar nos bairros para ver a situação da gente".



Dona Maria Cica da Silva: "Onde eu moro nem luz tem. A única coisa que tem é muito rato e pernilongo. E então eu ia ficar sem participar só porque não sei escrever? O que o governo está falando não é justo".

Helena Rodrigues Paula - "Vi muita gente trabalhando, levando de casa em casa. Não acredito que falsificaram. Acho muito difícil o governo atender as reivindicações, porque parece que ele não gosta dos pobres".

Carmem Lúcia Santos - "Vi as mulheres pegando as assinaturas e só não ajudei porque não tinha com quem deixar as crianças. Eu achei essa atitude do governo muito ruim. Não vejo nada falso no Movimento do Custo de Vida".

O 3.º Congresso dos Domésticos

Os empregados domésticos, representantes de seus companheiros de trabalho, Delegadas dos Estados de Minas Gerais, Distrito Federal, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, após estudos e debates no Congresso Nacional, chegaram às seguintes conclusões:

APLICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA LEI 5859

Num levantamento de informações sobre o que até agora se fez em relação à lei de proteção do trabalho do empregado doméstico verificou-se que algumas leis aprovadas, nunca se aplicaram.

Foi a tomada de consciência da realidade em que viviam e a participação dos próprios empregados domésticos, que se vem organizando a partir de 1960 e que iniciaram uma luta pela defesa real dos seus direitos.

Criou-se a Associação de Domésticos em diversos Estados do Brasil, e um Congresso Nacional foi realizado em São Paulo em 1968, antes de surgir a 1.ª lei aprovada e regulamentada — a lei n.º 5859 de 11 de Dezembro de 1972, que reconheceu um mínimo de direitos do trabalho do empregado doméstico e a ele se estendeu os benefícios da Previdência Social.

Passados 5 anos, verificamos que:



- ♦ já existe maior consciência dos empregados domésticos, e empregadores;

- ♦ a lei reconheceu tão pouco os direitos do trabalho, a Carteira Profissional e as férias, que não houve por parte dos empregados domésticos grande interesse na luta pela sua aplicação;

- ♦ na lei atual, o reconhecimento do direito à Previdência Social foi a maior conquista para o empregado doméstico;

- ♦ o sistema de filiação do empregado doméstico à Previdência Social, no entanto, é muito complexo e são inúmeras as dificuldades de sua aplicação;

- ♦ as falhas no atendimento da Previdência Social, em relação por ex:

à assistência médica, acarreta desperdício de tempo dos trabalhadores, o que nem sempre é compreendido pelos empregados. Muitas vezes as doenças se agravam pela falta de atendimento médico, até a impossibilidade de trabalhar; e o empregado doméstico, nestas condições é quase sempre despedido;

- ♦ a desconsideração da profissão do empregado doméstico na sociedade, e a pouca proteção da Legislação levam à instabilidade no emprego, ao desinteresse e à fuga de profissão;

- ♦ a Lei, para ser aplicada, exige a iniciativa dos domésticos a sua disposição em lutar e unir-se no seu órgão de defesa e representação, que são as Associações.

QUANTO A APLICAÇÃO DA LEI N.º 5859

Os empregados domésticos, como integrantes da classe trabalhadora, querem estar garantidos em todos os seus direitos já reconhecidos aos trabalhadores na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho e nas suas Leis Complementares).

Em face da contestação que hoje fazem os trabalhadores às disposições da CLT, não pretendemos a substituição da letra a. do artigo 7.º da mesma — que exclui o empregado doméstico de leis contidas na CLT, e a ampliação da lei n.º 5859 de 11 de Dezembro de 1972.

NOVA DIRETORIA

A Associação Profissional dos Empregados Domésticos de São Paulo — APEDSP elegeu e empossou sua nova diretoria constituída pelos seguintes membros:

Isabel Cleto de Souza, presidente; Sebastiana Inácio Nunes, vice-presidente; Julia da Silva Pimentel, secretária; Olíndina Correia Cabral, vice-secretária; Maria Correia, tesoureira; Matilde Ataíde, vice-tesoureira; e Rosalina da Silva Lourenço, diretora social.

Fundada há 16 anos, sua função primordial é representar a classe. Oferece cursos profissionalizantes, assistência jurídica, médica e social, desenvolvendo ainda atividades sociais e recreativas.

Apoio ao Movimento Custo de Vida

A Comissão Justiça e Paz dá apoio ao Movimento Custo de Vida sem querer, de forma alguma, tirar-lhe a autenticidade e a autonomia.

No entanto, diante das declarações do coronel Ludwig, é importante que esteja todo o povo consciente de que a atitude do porta-voz do Governo Federal constitui mais uma demonstração de desprezo ao povo brasileiro.

O governo brasileiro é um governo sem povo. O Movimento Custo de Vida representa o protesto de toda a Nação contra o descaso com que o pro-

blema sócio-econômico é enfrentado pela tecnoburocracia brasileira, mais interessados em favorecer as multinacionais. Estas são cortejadas enquanto um movimento autenticamente popular é chamado de desonesto e falsário.

Está na lei que quem afirma a existência de um crime e o atribui a terceiros deve provar, sob pena de estar sujeito a responder criminalmente pela calúnia.

As informações do coronel Ludwig são inconsistentes e não abalam a força do movimento, que deve se espandir para todo o país.

GOVERNO É SURDO AO DIÁLOGO

D. Angélico Sândalo, bispo da Zona Leste, região onde o Movimento Custo de Vida recolheu 370 mil assinaturas declarou:

"A posição do coronel Ludwig ou é equivocada ou desonesta. Se o governo não tivesse colocado em resposta ao apelo de diálogo da Assembleia do Custo de Vida metralhadora, cavalos e cachorros na praça da Sé, se ele tivesse recebido a Comissão do Movimento em Brasília, teria tido a oportuni-

dade de ouvir a seguinte explicação: Aqui estão os milhares de abaixo-assinados com algumas assinaturas feitas em nome de analfabetos que, infelizmente, cresce em número neste País.

O governo, porém, se fez surdo ao diálogo e agora vem com esta explicação ridícula de seu porta-voz. Tanto mais ridícula que em vez de enviar a questão a economistas e sociólogos, o envia à Confederação da Polícia, o que, aliás, não é novidade, pois na praça da Sé o governo se fez presente através da força repressiva policial".

AS 196 CRIANÇAS DE 2 IRMÃ IRENE, ESPECIALISTA EM MISÉRIAS.

Vivem dezenas de crianças em cada cômodo.

Irmã Irene se explica assim: "E eu
lo poder dormir dando comodidade a apenas dez
crianças?" Reportagem de
João Carlos Lourenço, fotos de Sidney Corrallo.

São crianças abandonadas, vivendo numa comunidade dirigida por irmã Irene Alves Lopes — que, aos 78 anos de idade, é 56 dedicados a amparar menores sem família, considera-se "uma especialista em misérias". É capaz de discorrer horas e horas sobre as diferentes "misérias", com argumentos ou notavelmente eruditos, ou ingênuos aos menos avisados.

As crianças abandonadas de São Paulo, que ela educa, por exemplo, "são o reflexo imediato da conjuntura urbana, que assume a falsa posição de paraíso econômico", e vivem "porque Deus quer, e comem o que a Divina Providência manda". É verdade: as 196 crianças têm desde dias até 16 anos; são filhas de mães solteiras das mais diferentes ocupações. Se não estivessem com irmã Irene, não teriam onde viver.

Seus nomes não são registrados em livros de controle, e a própria comunidade não é oficial. "E precisa? Conheço todos", responde prontamente irmã Irene, fiscalizando a vida nas sete casas assobradadas da rua Gravataí, junto à praça Roosevelt. Da janela recebe as doações diárias, em dinheiro e comida, que garantem a sobrevivência de todos. "Nunca faltou o que comer, nem dinheiro para os aluguéis", conta.

"Ora, sempre existiram misérias, umas mais trágicas, outras menos. É natural que os norte-americanos se impressionem com o número de crianças sem o mínimo para a sobrevivência. O que eles não conhecem é o número de crianças que morrem de fome, e que, mortas, não são contadas", diz, ainda, referindo-se à reportagem recente, publicada pela revista Time, denunciando a parcela da população infantil brasileira mergulhada no pauperismo extremo.

Aliás, há muito que ela deixou as preocupações de ordem moral, com vistas à qualidade de assistência, em favor "da caridade prática". Isto é, numa situação tão dramática, "o mais importante é proteger, o resto a Providência faz". Por isso, talvez, o ambiente na comunidade impressione tão mal a quem passe pela rua.

Em cada cômodo, de no máximo cinco metros quadrados, acotovelam-se dezenas de crianças. Na casa número 121 abrigam-se meninos e meninas de dois a seis anos. Todos estão, agora, na salinha de frente. Um desculdo, a porta fica aberta, e a calçada quente pelo sol vai sendo invadida. As crianças andam trôpegas, engatinham, e deslumbram-se com os automóveis que trafegam pela rua Calo Prado, ali bem perto.

Seus gritos de alegria são ouvidos por irmã Irene, sentada na casa de número 111 da rua Gravataí. Uma ordem em voz baixa, e mobiliza as meninas maiores para o recolhimento dos meninos. São bonitos ou não tão bonitos pela subnutrição nos primeiros tempos de existência, uns gordos, outros com cicatrizes, todos bem vestidos. Mas irmã Irene chega, há convulsão na ninhada: acende-se a concorrência para alcançar seu colo. "Vovó," balbuciam, e estas é a primeira palavra familiar que aprenderam.

Irmã Irene não fala de si. Não é só falta de valdade, é falta de tempo. Ri muito, e mesmo rindo as meninas esbugalham os olhos ao entender as advertências veladas. O pior castigo: não sair de casa no único domingo do mês, em que a disciplina e os horários são flexíveis. Quem não tem mãe, pode ir com as irmãs. As mães, em geral, são domésticas. E nem todas se alegram em passear com os filhos.

"O mundo é isso, o ser humano também é isso", fala irmã Irene. De poucas palavras. só a

convivência e a observação de seus pensamentos dão o conteúdo exato da afirmativa, nem amarga, nem otimista. Mas consequência de suas próprias experiências íntimas, experiências de trabalho e estudos. Quase rompeu com o pai, ele não lhe permitia ingressar na vida religiosa. "A decisão já estava tomada havia muito tempo, discutir não adiantava mesmo. Esperar minha emancipação, aos 21 anos fui noviça".

Desde então, poucas vezes pôde visitar a família, lá em Fortaleza. Em 1922, iniciou a vida propriamente de caridade aos miseráveis, em Paris, onde se localiza a casa-mãe de sua ordem religiosa, de São Vicente de Paula. "Conheci então o primeiro tipo de miséria", afirma: pobreza e doenças, provocadas pela Primeira Grande Guerra, e agravadas pela falta de comida e de aquecimento.

Em 1925 retornou ao Brasil. Até 1932 trabalharia junto aos pobres da Estrada Velha da Tijuca, no Rio de Janeiro, e lecionaria francês e inglês para alunos de escolas da classe média. "Um outro tipo de pobreza, porque havia possibilidades de promoção imediata, era só questão econômica". De 1932 a 1942 viveu no Recife: "Foi a pior pobreza". Além da carência material, existiam entraves culturais.

"Sabe que mudar comportamento do indigente é muito difícil?", intervém ante o argumento da educação. Os recifenses pobres talvez não pudessem ser educados, tinham que lutar contra as marés que invadiam os alagados, e derrubavam os mocambos. "Morar é tão importante quanto comer". Sem os dois elementos, não existe um terceiro: a moral.

O "Bode" era ponto de encontro de criminosos e marginais dos alagados, onde tudo se permitia fazer. "Um lugar horroroso", descreve irmã Irene. O contato com o crime certamente favoreceu suas idéias acerca da caridade prática, e não a desestimulou a assistir pouco mais de seis mil crianças dos alagados. De Recife foi para Natal, prosseguir o mesmo apostolado, e adoeceu por excesso de trabalho.

Se não havia mocambos, havia resistência arraigada contra mudanças de ordem social, "e nem pude fazer muito, fui me tratar no Rio de Janeiro". No convento do Rio de Janeiro,

por quatro anos cozinhou para as outras religiosas. Em 1946, com alta, quis retornar à caridade externa, e por quatro anos atuou em Juiz de Fora.

Lá, brigaria com o bispo diocesano ("ele era muito apegado ao dinheiro, toda vez que eu ia pagar alguém por qualquer trabalho, era briga na certa"). Novamente o Rio, por dois meses, em 1951. Depois Paraíba, no Vale do Paraíba, onde verificou outro — e amargo — pauperismo: "A falta do que fazer, a pobreza urbana, e centenas de crianças desocupadas pelas ruas."

Dezesséis anos depois, sairia de lá — por velhice e doença — e viria para São Paulo, morar com outras religiosas, numa casa da rua Gravataí. O espetáculo de crianças abandonadas pelas ruas centrais, mães sem marido, fome, e foi um passo receber em seu quarto três adolescentes. São 18 anos de comunidade, estruturada sobre conhecimentos pessoais, e um código de funcionamento inusitado.

"Sempre há lugar para mais um", é a lei fundamental. "Proteger e amparar" é mais importante e "se preocupar com conforto", é a decorrência. "E eu ia poder dormir dando

comodidade a apenas dez crianças?", é a justificativa principal.

A comunidade já educou mais de 1.200 crianças. Foram trazidas pelas mães, ou simplesmente abandonadas. Meninos, por questão de educação, permanecem lá até os sete anos. As meninas, até os 18 anos. À medida que atingem idade mais adulta, vão-se responsabilizando por setores das casas: bebês, cozinha, estudos, limpeza. É claro que nem todas absorvem as orientações.

E aí vem a lei mais dura: a expulsão. Semana passada, foram expulsas três porque,

ao invés de ir às aulas, freqüentavam apartamentos. "Se um elemento é prejudicial à toda coletividade, deve ser extirpado imediatamente", vaticina irmã Irene, repetindo e aplicando regra proposta por Santo Agostinho, doutor da Igreja medieval.

Penalidades menos duras: não ter sobre-mesa, não ler revistas, não ouvir música. Televisão, só filmes de faroeste "são menos prejudiciais que novela de televisão. Imagine minhas filhas assistindo a uma tal de Júlia", assusta-se ela. Não sabe, porém, que muitas meninas só escondem dela o seu fascínio pela personagem infeliz e amoral da novela das 20 horas — com quem se identificam.

LEIS

1. Cada criança ou adolescente tem direito a pertences ("Sabe que a propriedade é fundamental? É um recurso que desperta e reforça a responsabilidade. Eu acho um absurdo usar uniformes em orfanatos ou educandários para pobres").

2. Nunca incentivar o ciúme ("Eu sempre evito dar carinho exclusivamente a uns poucos. Dou igualdade a todos").

3. Deixar as meninas cultivarem a valdade pessoal ("São mulheres, é seu direito e dever").

5. Nunca incentivar a delação ("O senso de fraternidade é necessário neste nosso mundo").

4. O estudo acima de tudo ("É a única saída").

UMA ADOLESCENTE

Gelsa Margareth Reis de Souza, de 11 anos, desde os cinco na comunidade. Filha de Gilda dos Reis Santos, empregada doméstica. Música predileta: Se eu te agarro, de Sidney Magal. A atriz preferida: Suzana Vieira. Reclamações contra a comunidade: não ver televisão o quanto "a gente quer". Gosta da comunidade? "É a minha casa, ué." Tem amigos fora da comunidade? "Não". O que quer ser quando adulta? "Atleta de televisão ou freira como a Vovó."

UMA MAE

Elena Barros Ferreira, 19 anos, acaba de deixar seu filho Luís Cláudio na comunidade. E ele ficará lá até "Deus quiser". Ela, até arrumar "colocação". Só não quer mais voltar a ser empregada doméstica: "É trabalho difícil, a gente nunca pode divertir-se."

Elena, que veio de Natal há nove anos, não pôde, grávida, continuar mais no trabalho. Nem teve "apolo" do pai de seu filho. Por acaso, passou pela rua Gravataí, ouviu choro de crianças falou com irmã Irene. Sua maior preocupação e planos imediatos: a festa de primeiro aniversário de Luís Cláudio, "que a madrinha dele vai dar, lá em Pirituba".

O BERÇÁRIO

Os bebês ficam numa oitava casa, localizada a 200 metros das outras, na rua Caio Prado. É um sobrado alugado por Cr\$ 12 mil. Kênia Aparecida, com 15 dias, chora. Valmir, seis meses, se recusa a ficar no "peniquinho", e quer brincar. A voluntária Cremilda Guimarães, secretária aposentada, braço quebrado numa queda ao proteger um bebê, está preocupada com um recém-chegado, de poucas semanas de idade: "Ele não apresenta reações normais, deve ser retardado". Os bebês enfileiram-se nas salas, e toda vez que um começa a chorar, os outros fazem concorrência. Valmir sempre alcança notas mais altas. E já reconhece irmã Irene.

O CUSTO

Aluguéis: Cr\$ 45 mil. Alimentação: Cr\$ 2 mil por dia. Roupas: vêm por doações. Material escolar: adquiridos e ganhos através de doações particulares. Dotações oficiais: Cr\$ 12 mensais enviados pela Prefeitura Municipal. E quando falta dinheiro? "A Divina Providência manda", responde prontamente irmã Irene.

O PREFEITO

Na rua Gravataí há um terreno de 50 por 60 metros. É um "parque infantil", pois possui um balanço e uma armação em ferro, além de um banco velho. Lá, as crianças brincam. Em 1973 irmã Irene solicitou a posse da área para uso das crianças. O processo, na Prefeitura, transcorria normal e morosamente. Há alguns meses veio a surpresa: a Prefeitura Municipal doou o terreno para a Associação dos Produtores de Espetáculos Teatrais de São Paulo, pela Lei 8.635, de 3 de novembro de 1977. Resposta do prefeito Olavo Setúbal a irmã Irene, que exigiu explicações: "Não se preocupe, irmã, doamos outro terreno à senhora, em outro ponto da cidade". A irmã: "Não é para mim, é para as crianças. Sem área livre, onde vão brincar?". Outra resposta da Prefeitura: "Aqui não fazemos milagres".

UMA DOADORA

Esuza Peña, boliviana, dona de "pensión" em Cochabamba, mãe de quatro filhos que trabalham em São Paulo, leva, semanalmente, quatro quilos de açúcar para a comunidade.

UM BENEMÉRITO

Mauro Curti, 30 anos, advogado, foi criado por irmã Irene. Hoje é responsável pela tramitação burocrática da papelada que solicita oficialização da comunidade. "Mas é tanta burocracia", lamenta-se ele. Há perspectivas? "Falam tanto em menor abandonado, mas se esquecem de falar nas dificuldades de quem os assiste. Até nisso a miséria de São Paulo é triste", intervém irmã Irene.

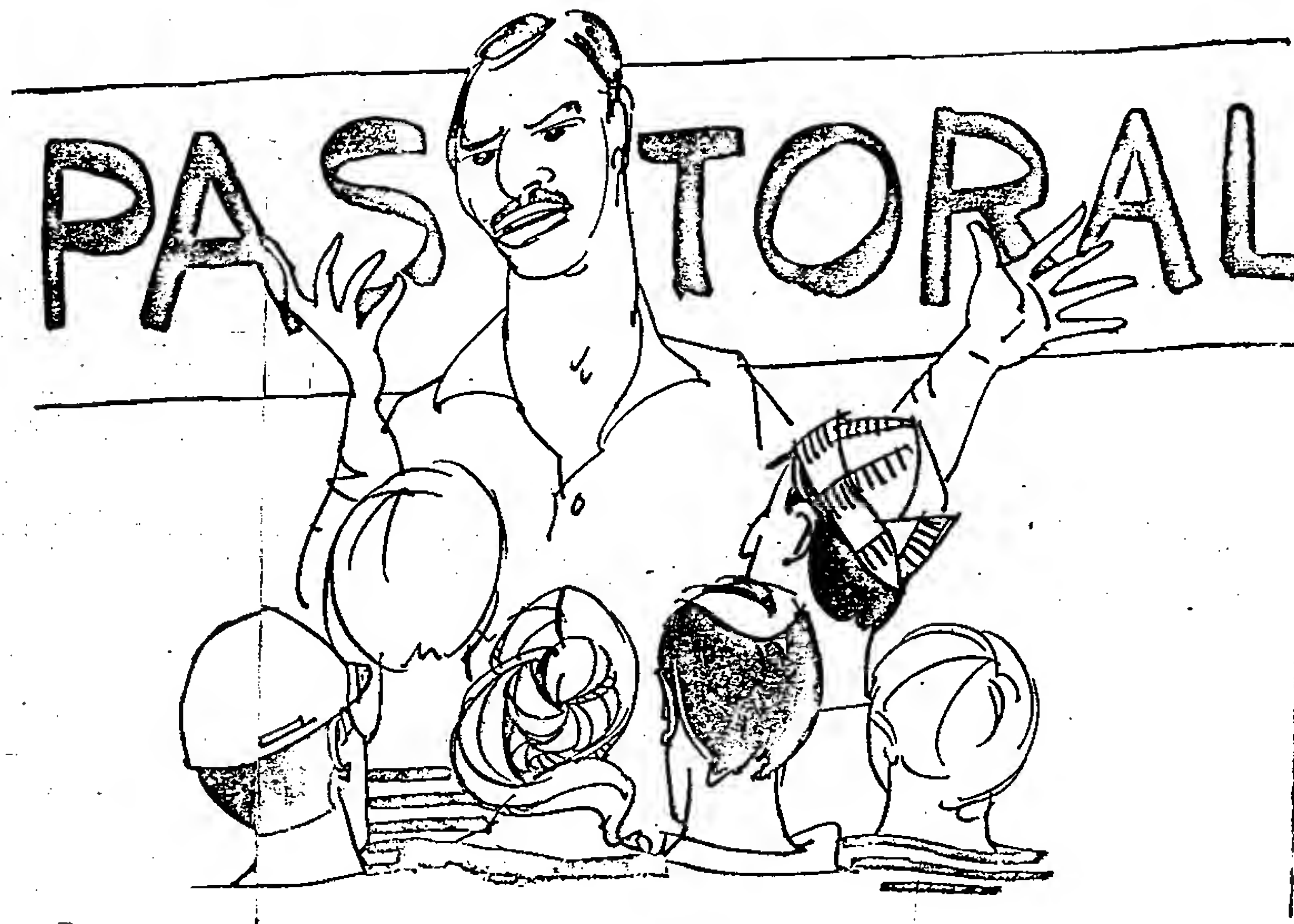
SÃO PAULO

"As coisas estão piores, cada vez mais. H'a muito o que fazer, aqui em São Paulo. Aqui é o retrato da pobreza do Brasil. Todos vêm sofrer aqui" (irmã Irene, distribuindo bananas do lanche).

Pastoral Operária: a fé como arma de luta

Operários, padres e líderes de comunidade, estiveram reunidos por oito horas seguidas no domingo, para aprofundar a questão da Pastoral Operária. Estava presente D. Angélico S. Bernardino, Bispo Regional de S. Miguel. Foram horas de estudo, de discussões em grupo para os problemas comuns, sobre qual a razão da existência desse movimento, o que ele pretende, onde deve atuar, qual o seu campo, quais os pontos principais dessa atuação, em que nível deve ser esse tipo de participação.

Não houve uma conclusão geral, mesmo porque todo movimento de transformação da sociedade não é estático. Ele muda a partir das exigências básicas do indivíduo. Houve críticas a esta São Paulo fria, de trabalhadores desunidos devido às excessivas horas de trabalho. A união ajuda os trabalhadores a tomarem consciência de classe, a conhecer seus direitos, e não é à-toa que os detentores do poder tudo fazem para que não haja essa união. Houve, pelo menos, alguns consensos: a Pastoral Operária deve ter em mente a conscientização do operariado. Porque só assim ele reivindicará seus direitos. Os campos de atuação? Fábrica, bairro onde a gente mora, condução, sindicato, enfim, em todos os lugares onde estivermos. Foi levantada a questão dos cursos profissionalizantes, mas não esses promovidos pelo governo, com sentido de fazer propaganda de seus feitos, e que são mais voltados para a estatística do que propriamente para a promoção do trabalhador. De qualquer forma, concordando, ou não, com a colocação, a questão fica em aberto.
(Reportagem de Rivaldo Chimem, com ilustrações de Kico)



CERCA de 100 representantes da Pastoral Operária de várias Regiões estiveram reunidos no Colégio Arquidiocesano no domingo, 8 de outubro, durante encontro promovido pela Comissão Arquidiocesana do Mundo do Trabalho, para avaliação e aprofundamento da Pastoral Operária, essa Missão Urbana. Quais as razões da existência da Pastoral Operária? O que ela pretende? — foram estas as questões formuladas.

Divididos em dois grupos por cada sala, os representantes das Regiões discutiram. As conclusões a que chegaram, foram escritas por um relator em cartazes, que eram fixados nas paredes. Feita a exposição, esses cartazes foram recolhidos e serão posteriormente mimeografados e distribuídos nas bases.

Algumas conclusões dos grupos: Razões da existência da Pastoral Operária? As próprias exigências da realidade, e não da Igreja; união da classe operária para conhecimento de seus direitos e deveres; descobrir sua força de transformação social; a Igreja descobrir o afastamento da classe operária porque estava ao lado da classe dominante. O que pretende? Conscientizar padres, freiras, etc., de que o Evangelho se encarna na vida do povo, porque as vezes eles têm medo de se comprometer; dar condições para o operário se unir e conhecer as causas de sua situação e procurar soluções.

CONSCIENTIZAR

Outras respostas: cabe à Pastoral Operária conscientizar os trabalhadores à luz do Evangelho; denunciar as injustiças dentro do mundo do trabalho; formar grupos dentro das paróquias; unir os trabalhadores nos sindicatos; em grupos de fábricas; dar apoio aos padres para que eles tenham maiores condições de trabalho.

Outro grupo respondeu que a realidade da vida exige participação, e que a Pastoral Operária é um movimento para conhecer e discutir a vida, para organizar, para se defender e denunciar as injustiças. O que pretende? Não ser um órgão representativo da classe, mas um meio de tomada de consciência e de valorização de si, da classe e do trabalho; formação da pessoa para que ela atue segundo os princípios de justiça e do verdadeiro amor, onde a gente estiver (sindicato, política, Igreja, etc.).

Por que a existência da Pastoral Operária? Porque nos últimos 14 anos, respondeu outro grupo, não há um órgão representativo do trabalhador. O sindicato não é nosso órgão de classe, é do Governo. Então, foi feita a Pastoral, para conscientizar o operário e uni-lo, para acabar com esta injustiça. O importante, frisou, é não formar grupos paralelos, mas fazer que os membros da Pastoral Operária lutem no seu ambiente.

Um grupo disse que a Pastoral é uma resposta do Evangelho nos dias de hoje; que ela desperta os operários para enxergar a realidade e participar consciente e criticamente das comissões de fábrica, movimentos sindicais e grupos de bairros. Outra resposta: a Pastoral Operária leva a mensagem de libertação baseada no Evangelho, às fábricas, aos Sindicatos, denunciando a exploração do operário, e encontrando uma maneira de unir as forças para caminharmos ao encontro de uma sociedade onde não haja exploradores nem explorados. Mostrar ao trabalhador que esse caminho é duro, mas não impossível, porque ele leva a fé como arma de luta.

UNIR, UNIR SEMPRE

O relator de outro grupo respondeu que a realidade de São Paulo é de trabalhadores desunidos, isolados entre si. E que a união ajuda os trabalhadores a tomar consciência de classe, a conhecer seus direitos, e a partir do momento em que eles se organizam, podem mudar as estruturas da sociedade. Sugestão: a Pastoral Operária deveria criar um Centro Jurídico para defesa do trabalhador.

Outra resposta: a Pastoral Operária deve estar solidária com os trabalhadores, pregar a Justiça e denunciar a concentração da renda, além de unir os trabalhadores e camponeses em uma luta comum. Houve ainda outra posição: que a Pastoral Operária dê uma formação evangélica e política para o trabalhador.

Pastoral Operária? É um meio por onde os operários cristãos podem assumir seu compromisso com a luta operária; nos faz descobrir, em nosso meio, companheiros dispostos a lutar. O que pretende? Não, dominar a organização e a luta, mas estimular a organização da classe operária nos seus próprios meios, e incentivar a mudança da mentalidade individualista para uma mentalidade coletiva na solução dos problemas da classe operária. Outro: buscar soluções justas para tirar o medo (um dos maiores problemas do trabalhador), ajudando-o a viver como irmão no trabalho.

REALIDADE-IGREJA E REALIDADE-OPERÁRIA

Padre Bernardo, operário há 11 anos, fez a palestra sobre aprofundamento teológico. Houve debate em seguida e constatações, como:

"Meu patrão é católico, apostólico, romano, mas a modo dele, né?"

"Pois é, o meu patrão nem cumprimenta a gente, e se diz cristão".

"Ah, é até bom que nem cumprimenta. Porque tem patrão que abraça todos os operários, mas não dá salário justo para ninguém".

Um operário então falou que a questão não era nunca saber se o patrão era "bonzinho" ou se ele era alguém que mantinha distância com o empregado. Porque, afinal, patrão é patrão e empregado é empregado. A questão é mais ampla do que um simples relacionamento pessoal.

Outros concordaram; a discussão tomou rumos mais calorosos; debateu-se, por exemplo, a questão colocada por Waldemar Rossi: se o trabalhador deveria ser cristão o tempo todo, e se ele poderia desenvolver normalmente um trabalho apesar de não ter outros cristãos no mesmo tipo de atividade.

D. Angelico Sândalo esclareceu que, em reuniões como essas, não se encontrarão soluções, nem para a Igreja nem para a realidade operária. Trata-se de um encontro de irmão, de uma exigência de fé. "Não pode haver rico nem pobre porque somos irmãos. Não pode haver patrão e empregado porque isso é uma lesão terrível. Mas não vamos resolver isso agora. Vamos almoçar".

Melo dia e meia. O almoço foi servido no restaurante do Colégio Arquidiocesano. Uma hora mais tarde recomençariam os debates. Antes, todo mundo cantou "Asa Branca", esse clássico de Luís Gonzaga, autor que hoje faz propaganda da ARENA no Nordeste (o que leva a falta de consciência política!).

BAIRRO E FABRICA, CAMPOS DE ATUAÇÃO

Quais os diversos campos de atuação do militante da Pastoral Operária?

Quais os campos prioritários? Por que?

Foram definidos como prioritários o bairro e a fábrica. A necessidade de que o Sindicato se torne um órgão representativo da classe operária; o relacionamento comunidade cristã nos bairros e a fábrica; a atuação no sentido de conscientizar dentro dos cursos profissionais nos bairros. Por que? Para o operário, o operário, tenha um conhecimento político tanto para que possa entrar em ação.

Bairro porque é onde a gente vive e todas as consequências dessa vivência; é onde o operário vive a maior parte de sua vida, onde ele é explorado. Deve se organizar, conquistar uma participação naquilo que produz; por exemplo, as greves.

Sindicato: porque é uma unidade legal, ponto de vista do governo. Onde, apesar disso, a gente pode reivindicar nossa luta pelos direitos que não estão sendo respeitados.

Um grupo chegou a dizer que deve ser, de fato, uma preocupação com o homem do campo; para que possamos assumir a problemática do campo, que indiretamente chega a atuar no operariado, com todas as consequências do dono a que está relegado.

O relator de outro grupo expôs que a atuação deverá se estender às favelas, porque está morando mais operário a cada dia que passa.

CURSO PROFISSIONALIZANTE E DOMINAÇÃO

Santo Dias da Silva, da Chapa 3, de formação dos metalúrgicos, anunciou que está criando curso profissionalizante nos bairros. Foi questionado que tipo de curso é este, se é do SENAI, orientado pelo governo com todas as implicações, isto é, esses cursos são dirigidos.

Esses cursos são criados pelas comunidades de bairro, esclareceu Santo, e visa junto com o aperfeiçoamento profissional, dar um sentido à conscientização, para que o operário possa lutar por seus direitos.

Um operário achou que essa história de curso é tudo conversa mole, que é pura perda de tempo. Que a classe tem que lutar por maiores salários, mesmo porque operário que ganha pouco, não tem nem estímulo para trabalhar.

D. Angélico Sândalo Bernardino relembrou ter conhecimento de experiências desse tipo, mas não deram certo. Colocou a questão em abstrato, lembrando que não sabe se isso é prioritário. Mas que em sua região (S. Miguel), houve uma tentativa nesse sentido, mas depois tornou-se somente um ensino técnico. Todo mundo cantou Calix Bento. Terminava o encontro.



No domingo passado, dia 8 de outubro, uns cem membros da Pastoral Operária de todas as Regiões da Grande São Paulo estavam reunidos no Colégio Arquidiocesano, das 8 às 16 horas, num longo dia de estudos onde foram levantadas algumas questões fundamentais. Principalmente esta: como se articulam, se compenetraram e se distinguem a realidade operária e a realidade Igreja. Mais do que nunca a prática que se vive na fábrica, nos bairros da periferia e nas Comunidades Eclesiais de Base mostra que devemos aprender a distinguir sem separar, a unir sem confun-

dir muitas coisas e, entre outras, a realidade-Igreja e a realidade-Operária.

Por exemplo: a Igreja não pode nem deve liderar o Movimento Operário, mas o Movimento Operário sem a força que vem do Evangelho e do Espírito do Senhor, perde alguma coisa de fundamental e insubstituível; uma certa maneira de crer e de amar. Essa força evangélica vem, de um modo privilegiado, mas não único, pelo canal das pequenas comunidades que têm uma fé viva no homem, através de Jesus Cristo. Quem não souber ser "artista" neste campo da vin-

culação sem confusão e sem separação, viverá afinal uma realidade empobrecida e atrasará o processo de libertação.

A Pastoral Operária é uma das quatro prioridades da Arquidiocese. Sabemos muito bem que a razão de ser de um cristão, pelo batismo que ele recebeu, é continuar a Missão de Jesus Cristo. E essa missão não é apenas falar, anunciar uma Boa Nova. Nossa missão é tarefa: transformar o mundo, curar o mundo de suas doenças, especialmente este mundo industrial onde vivemos que, na sua forma atual, passa seu tempo a

dividir o homem e a impedir a comunhão fraterna; divide tudo: o tempo, os horários, as tarefas, as idéias, e, enfim, a união entre os homens, a começar pelos trabalhadores. Separa o trabalhador de seu bairro, de sua família, de seus companheiros... ou tenta fazê-lo.

A Pastoral Operária pretende entrar em luta contra esta situação, para chegar a uma outra forma de sociedade.

Bem sabemos que essa mudança social não será ainda o Reino de Deus. Porém, será um passo a mais rumo a este Reino, um pe-

Pe. DOMINGOS BARI

queno esboço da realidade futura. A coerência do Evangelho nos leva a este passo, seja qual for o preço.

A vantagem das Pastais é concretizar a fé. Ela nos obriga a não satisfazermos com palavras mas sim com ações. A fé torna-se, então, exigência da ação. A no caso, é botar todo o movimento do Evangelho na classe que atualmente ocupa na economia. Ader transformar a sociedade de na qual vivemos. Acreditamos numa mudança de partilha, sem

Missão, uma exigência da ação

“Sem nenhuma razão aparente”, disse um jornal ao dar a notícia

Na terra do Esquadrão mãe retalha os filhos

Por Maurício Azevedo

Dona Maria das Mercedes, paraibana baixinha, 4 filhos, diz que há muito esperava um gesto qualquer de desespero da concunhada, que há meses apresentava evidências de desequilíbrio mental. Por precaução, Mercês - como é chamada pelo marido e pelos vizinhos - passou a manter as crianças no quintalzinho de sua casa de vila, na rua Lourenço Campos, via de barro batido no alto de uma pirâmide de Vilar dos Teles, município de São João do Meriti, na Baixada Fluminense.

- A Eleonor não estava bem mesmo - diz ela com desconsolo e conformação diante da fatalidade. - Implicava com as crianças, vivia brigando à toa, eu sabia que isso não ia terminar bem.

Mas o desespero de Eleonor Ferreti da Silva, 34 anos, pernambucana, casada pela segunda vez, superou tudo o que a concunhada pudesse ter imaginado. Há dias, numa manhã de sexta-feira, assim que o marido saiu para o trabalho, Eleonor armou-se de uma cavadeira e uma faca de cozinha e passou a golpear 3 de seus 4 filhos: Maurício, 5 anos; Gibson, 3; e Zilmar, 2 anos. Depois de abater as crianças em sangue, Eleonor passou a ferir a si própria.

Matanças rotineiras na região

Toda a família foi internada no Hospital Getúlio Vargas, no Rio, de onde Eleonor foi removida para um hospital psiquiátrico, a fim de se submeter a tratamento especial. As crianças ficaram no Getúlio Vargas, os maiores já fora de perigo, mas o caçula, Zilmar, sob cuidados.

Em Vilar dos Teles, as pessoas comuns acostumaram-se à violência, diante da frequência de assassinatos, assaltos a mão armada e execuções do Esquadrão da Morte, rotina nesse distrito de São João do Meriti. Apesar disso, todos reagiram com horror à cena da casa 281 da rua Lourenço Campos. O dia mal tinha amanhecido, e a vizinhança já era tomada pelos gritos. Eleonor parecia alucinada.

- O pior de tudo - conta a vizinha - é que Eleonor fez tudo isso com a casa trancada, foi muito difícil entrar para salvar os meninos. A sorte é que logo apareceu muita gente, conseguimos arrombar a porta. Dava pena ver os pequeninos, tão maltratados ficaram. E a polícia veio logo, nem uns 5 minutos levou. A própria polícia levou a mãe e os meninos.

Miséria absoluta é isso?

A rua Lourenço Campos é paralela a uma das principais avenidas da Vila Tiradentes, um dos bairros de Vilar dos Teles, mas isso não melhora nada. Como outras ruas, a Lourenço Campos foi aberta pelos próprios moradores: iam chegando do interior, comprando pedaços de terreno e construindo suas casas na base do mutirão.



A tragédia de Vila Tiradentes, Baixada Fluminense, onde uma ex-operária atacou 3 filhos, o maior de 5 anos, a golpes de faca de cozinha e cavadeira

Assim como todo o município de Meriti, Vilar dos Teles e sua Vila Tiradentes cresceram explosivamente, à margem de qualquer atenção de sua impotente Prefeitura. As ruas não têm calçamento, esgoto, coleta de lixo, nem mesmo placas. Os mais antigos moradores guiam-se por referências, como casas comerciais.

- Depois da segunda padaria, o senhor lembra a segunda à direita...

Se Vila Tiradentes estivesse incorporada ao mínimo de civilização de outras áreas - como o Rio, situado a uns 30 quilômetros -, Eleonor e seus filhos teriam sido poupados da *tragédia*, como define dona Mercês.

Ela matava galinhas o dia todo

Faz tempo que Eleonor precisava de internação, tratamento, assistência. Mas no dia-a-dia impiedoso, que insensibiliza as pessoas, ninguém se preocupou com isso - nem poderia. Nem mesmo o marido de Eleonor, o operário Sebastião Enedino da Silva, 49 anos, que trabalha numa metalúrgica.

- Eu mesma disse várias vezes a Sebastião que Eleonor não estava regulando bem. Meu marido, Odilon, que é irmão dele, também falou disso muitas vezes - conta dona Mercês. - Eu então tratei de proteger meus filhos, sabia que ela um dia podia fazer uma besteira dessas.

Eleonor aparentemente vivia bem com o marido. Quando se conheceram, Eleonor estava com 25 anos, e ele com 40. A diferença de idade levou a família dele a desaconselhar o casamento - não apenas a idade: Eleonor já tinha um filho, hoje com 13 anos. Mas os dois casaram e se casaram bem. Sebastião sempre foi de trabalhar - dava para sustentar sem luxo as crianças que estavam vindo e a que já existia. Eleonor também precisava trabalhar: foi operária num matadouro de galinhas, onde suas mãos substituíam as máquinas no corte de frangos.

“Se Eleonor voltar...”

- Desde que deixou esse emprego - conta Mercês - a Eleonor nunca mais pareceu a mesma. A princípio praticava o espiritismo, mas ultimamente começou a fazer coisas da linha negra da umbanda, macumba, essas coisas. Vivia entre velas brancas, velas pretas, velas amarelas... Dizia que o marido também precisava “se desenvolver”, para receber o caboclo Ventania, o caboclo Sete Encruzilhadas. Eu tratei de recolher meus filhos, a coitada não estava bem dos miolos.

Sebastião passou da reação de estupeficação, diante da violência contra os filhos, à comiseração pela companheira. Seu medo inicial era que os garotos morressem, mas os dois maiores logo já brincavam no hospital. E a preocupação com o caçula estendeu-se à mulher: menos de uma semana após o crime, ele cuidava de saber como podia livrá-la de qualquer punição - chegou a ir até o juiz... O Sebastião também não está bem - diz Mercês -, está muito calado, parado, às vezes parece desligado, sei lá. Se a Eleonor voltar mesmo, eu é que não deixo meus filhos soltos por aí.

Setúbal inaugura minicreches e ala de hospital na Zona Leste

As duas primeiras minicreches do programa de atendimento a famílias de baixa renda da periferia, desenvolvido pela Coordenadoria do Bem-Estar Social, foram inauguradas ontem pelo prefeito Olavo Setúbal em Itaquera e São Miguel Paulista. Cada unidade tem capacidade para atender 60 crianças com até seis anos de idade. Depois, acompanhado por secretários e candidatos, Setúbal inaugurou também a nova ala do Hospital Municipal Tide Setúbal, antigo Hospital Municipal de São Miguel Paulista.

As minicreches, segundo Setúbal, são o resultado da ação descentralizadora do Serviço Social. Construída pela Prefeitura, a minicreche "Boa Esperança", de Itaquera, será administrada pelo Lions Clube da região, enquanto a "Cidade Nova São Miguel" ficará aos cuidados da diretoria do Exército da Salvação daquela área.

Para a coordenadora do Bem-Estar Social, Maria Vitória Correia da Fonseca, esta sistemática já permitiu ao município assinar 90 convênios com instituições particulares, para o atendimento de crianças com até seis anos, devendo ser assinados mais 44 convênios nos próximos dias.

Construída em estrutura de concreto armado, fechamento em alvenaria e revestida com telhas de amianto, cada unidade ocupa uma área de aproximadamente 790 metros quadrados. Além das dependências de administração, as minicreches contam com refeitório, cozinha, vestiários, sanitários infantis, lavanderias, berçários, lactário e play grounds. Estudando em regime de semi-internato, as crianças da minicreche receberão café da manhã, sucos, almoço, lanches e sopa. As crianças do berçário tomarão sucos e mamadeira na prte da manhã, e à tarde sopas e mingaus.

A nova ala do hospital

Ao inaugurar a nova ala do hospital, Setúbal falou: "Nada me sensibiliza mais do que o Hospital Tide Setúbal, onde minha mulher trabalhou meses como voluntária, me transmitindo diariamente informações sobre os problemas dessa região tão carente". Setúbal lembrou, também, que essa unidade atende hoje 1.600 pessoas diariamente, contra as 800 consultas realizadas no início de sua gestão. Elogiando

o trabalho desenvolvido pela equipe do hospital, o prefeito recordou que logo, após tomar posse, visitou São Miguel Paulista, e a partir de então passou a considerar a área como prioritária. Para chegar a essa conclusão, afirmou, "não foi preciso fazer análise ou pesquisa, bastou apenas ver como esse povo vivia".

A nova ala do Hospital Tide Setúbal custou doze milhões de cruzeiros e foi contruída pela Secretaria de Serviços e Obras. Em seus cinco andares estão instalados lavanderias, banco de sangue, salas de coletas, laboratório, arquivos e salas de enfermagem.

Ao final das inaugurações, o prefeito negou que esteja acelerando a entrega de obras públicas em função do calendário eleitoral. Essas obras, segundo Setúbal, fazem parte de "um programa de trabalho e não de um cronograma político". Sobre a presença dos candidatos Cláudio Lembo e Calo Pompeu de Toledo, na solenidade, ele justificou afirmando que "devido aos seus contatos com o povo, os dois participaram na construção dessas obras; portanto, nada mais natural que sua presença aqui nesse momento".